

This is a repository copy of *Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021*.

White Rose Research Online URL for this paper:

<https://eprints.whiterose.ac.uk/193319/>

Version: Published Version

Monograph:

Feijó, João, Maquenzi, Jerry, Salite, Daniela et al. (1 more author) (2022) *Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021*. Working Paper. Observador Rural . Maputo.

Reuse

Items deposited in White Rose Research Online are protected by copyright, with all rights reserved unless indicated otherwise. They may be downloaded and/or printed for private study, or other acts as permitted by national copyright laws. The publisher or other rights holders may allow further reproduction and re-use of the full text version. This is indicated by the licence information on the White Rose Research Online record for the item.

Takedown

If you consider content in White Rose Research Online to be in breach of UK law, please notify us by emailing eprints@whiterose.ac.uk including the URL of the record and the reason for the withdrawal request.



OBSERVADOR RURAL

Nº 127

Agosto 2022

**CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS
DOS DESLOCADOS INTERNOS NO NORTE
DE MOÇAMBIQUE AO LONGO DO ANO DE 2021**

João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS DOS DESLOCADOS INTERNOS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE AO LONGO DO ANO DE 2021¹

João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner

RESUMO

O texto tem como objectivo aferir as condições socioeconómicas dos deslocados internos, ao longo do ano de 2021. A partir da realização de inquéritos por questionário e observação no terreno constata-se que o conflito armado exerceu um impacto negativo nas relações sociais no Norte de Cabo Delgado, **afectando diferentemente os grupos sociais. Os dados revelam um profundo agravamento** das condições de habitação, de acesso a recursos naturais e condições de produção, tornando a população largamente dependente de ajuda humanitária. A elevada concentração de populações deslocadas ao longo do eixo Pemba-Montepuez assegurou uma maior proximidade a infra-estruturas e serviços públicos, aumentando a pressão sobre serviços já altamente saturados. A guerra, as deslocações forçadas e as medidas de prevenção da COVID-19 exerceram um impacto negativo nos serviços de educação, afectando centenas de milhares de jovens e comprometendo a integração socioprofissional de toda uma geração.

O deslocamento das populações reflectiu as desigualdades sociais existentes na província. As famílias com maior capital social ou financeiro (entre as quais pequenos empresários, funcionários públicos ou pensionistas) tiveram capacidade de patrocinar a deslocação da família alargada para zonas mais a Sul, assim como acesso a terrenos agrícolas. A população com menos recursos concentrou-se nas zonas mais inseguras ou em centros temporários, altamente densificados, com maior dificuldade de acesso a recursos naturais e mais dependente de apoio humanitário. No Norte da província as populações permaneceram condicionadas no acesso a serviços públicos e à ajuda humanitária. Limitada na assistência às zonas mais inseguras, a ajuda humanitária reproduziu as desigualdades sociais existentes, proporcionando acesso a bens e serviços às famílias com mais recursos. A instalação de toda a indústria humanitária nas cidades do Sul da Província (em Pemba, mas também Montepuez) revitalizou sectores económicos afectados pela interrupção de projectos extractivos, como a hotelaria e restauração, arrendamento de vivendas e armazéns, transporte de mercadorias e *rent a car*, revitalizando o conteúdo local e empregando centenas de jovens locais. O texto demonstra a existência de descoordenação entre as políticas de intervenção por parte do Estado e de organizações humanitárias, particularmente evidente a

¹ This research was conducted as part of the projects, "Cabo Delgado: Conflict, Resilience and Reconstruction", funded by the Research Council of Norway, led by Chr. Michelsen Institute (CMI); and as part of the project, 'A Political- Economic Analysis of Electricity Grid Access Histories and Futures in Mozambique (POLARIZE),' funded through the Applied Research Programme on Energy for Economic Growth (EEG) led by Oxford Policy Management, and funded by the UK Government, through UK Aid – UK Foreign, Commonwealth and Development Office (FCDO). The views expressed in this research do not necessarily reflect the Norwegian or UK government's official policies.

Esta investigação foi realizada no âmbito dos projectos "Cabo Delgado: Conflito, Resiliência e Reconstrução", financiados pelo Conselho de Investigação da Noruega, liderado pelo Instituto Chr. Michelsen (CMI); e como parte do projecto, 'A Political- Economic Analysis of Electricity Grid Access Histories and Futures in Mozambique (POLARIZE),' financiado através do Programa de Investigação Aplicada sobre Energia para o Crescimento Económico (EEG), liderado pela Oxford Policy Management, e financiado pelo Governo do Reino Unido, através do UK Aid – Uk Foreign, Commonwealth and Development Office (FCDO). As opiniões expressas nesta investigação não reflectem necessariamente as políticas oficiais do governo norueguês ou do Reino Unido.

partir do final do ano de 2021, em que a intensificação de acções contra-terroristas foi acompanhada por mais dificuldades de assistência alimentar.

Nos locais de reassentamento aumenta a competição pelo acesso a terras e tensões com as populações autóctones, sendo que a dificuldade de acesso a meios de produção e incerteza de assistência alimentar precipitou movimentos de regresso para locais particularmente inseguros, tornando-se alvo fácil para ataques, roubos e raptos, realimentando o conflito. O Estado, agências de desenvolvimento e organizações da sociedade civil enfrentam um dilema estratégico: arriscar o regresso das populações a locais inseguros, ou promover o desenvolvimento socioeconómico nos locais de reassentamento, compensando as populações locais pela cedência de terrenos para produção agrícola e subsidiando actividades económicas.

INTRODUÇÃO

Em resultado de catástrofes naturais, longos conflitos armados, tentativas compulsivas de modernização do campo e implementação de infra-estruturas, a história contemporânea de Moçambique é, também, a história de migrações forçadas e de intervenção humanitária. Nas últimas décadas, o país foi o palco da assistência das Nações Unidas, tornando-se num importante beneficiário da ajuda internacional. Na sequência do conflito armado que assolou o Nordeste de Cabo Delgado, o número de deslocados foi registando um crescimento contínuo, ultrapassando os 700.000 indivíduos em 2021. Estas populações concentraram-se a Sul e Oeste da província, criando um grande desafio para a intervenção humanitária.

A partir de dados administrativos, da aplicação de inquéritos por questionário e da observação no terreno, ao longo deste texto pretende-se caracterizar as condições socioeconómicas das populações deslocadas no Norte de Moçambique, particularmente ao nível do acesso a habitação, água e saneamento, energia, ajuda alimentar e meios de produção. Demonstra-se que as migrações agravaram a pobreza e a diferenciação social na província, permanecendo uma grande incerteza em relação ao futuro.

1. UMA LONGA EXPERIÊNCIA DE DESLOCAMENTOS FORÇADOS E DE REASSENTAMENTOS POPULACIONAIS

Ao longo das últimas décadas, Moçambique foi palco de inúmeros fenómenos de deslocações forçadas, enfrentando os desafios de reassentamentos populacionais, quer em resultado de conflitos armados, de tentativas de modernização do campo ou de catástrofes naturais.

A gestão das populações rurais africanas e respectiva fixação em "*aldeamentos indígenas*", como mecanismo de fomento colonial, constituiu uma preocupação que remonta às décadas de 1920 a 1940 (Coelho, 1993: 120-122; Direito, 2014: 781). Por um lado, assistiu-se à instalação de colonatos em zonas de potencial agrícola, em várias províncias do país, visando a instalação de centenas de famílias europeias, juntamente com famílias africanas². Já na década de 1960, na sequência do início da luta de libertação nacional, e como estratégia de fazer face a uma guerra

² Visava-se o povoamento europeu do território, facilitando a administração colonial, constituir uma barreira à expansão de movimentos independentistas, aumentar a produção agrícola de forma a abastecer a emergente indústria de agro-processamento e urbes africanas, assim como desviar a migração portuguesa de destinos europeus e americanos para as colónias (Castelo, 2007; 2021).

de guerrilha, implementaram-se diversos aldeamentos, particularmente nas províncias de Cabo Delgado (particularmente a Sul do rio Messalo), de Niassa e de Tete (sobretudo a Sul do rio Mazoe). Apesar de, no discurso, os aldeamentos preverem o desenvolvimento socioeconómico das populações (através da criação de escolas, posto sanitário, furo de água, loja e, em alguns locais, serviços veterinários, para além de Igreja e/ou mesquita), a formação dos aldeamentos obedeceu a objectivos militares, procurando constituir uma zona tampão e impedir a penetração da Frelimo pelas zonas rurais, evitando o envolvimento da população com o movimento de guerrilha e respectivo apoio logístico. Para além de permitir um melhor controlo e acompanhamento dos contactos mantidos pelas populações, o aldeamento possibilitava um sistema de autodefesa, através da formação de milícias e distribuição controlada de armas. Este plano visava também a criação de uma reserva de força de trabalho, da qual beneficiariam as actividades económicas a desenvolver (Adam, 1991: 193). Os aldeamentos aconteceram de forma compulsiva e violenta. Quando os milhares de camponeses, concentrados pelas autoridades coloniais, eram atacados nos aldeamentos pelos nacionalistas, era-lhes negada qualquer opção (Borges Coelho, 2003: 181). Os aldeamentos eram designados pelos camponeses como "*currais*" (Feijó, 2020) ou "*mictórios de cabras*" (Adam, 1991: 192), traduzindo um cenário bem diferente do que havia sido prometido pela administração colonial. A concentração populacional aumentou a competição pelo acesso a terra produtiva, áreas de pasto e outros recursos, aumentando a insegurança alimentar. A aglomeração de pessoas implicou a quebra dos laços com a terra, desde sempre fonte estruturante da coesão comunitária e recurso base da sua reprodução material e cultural, da sua sobrevivência. Afectou as relações políticas e familiares, cuja lógica sempre assentara no território, e estabeleceu terreno fértil para a irrupção de surtos de doenças (Borges Coelho, 1993: 231). Estima-se que, na província de Tete, cerca de 70% da população rural tenha sido transferida para aldeamentos nos seis anos que durou o programa (Coelho, 1993: 307-322) e que, na província do Niassa, 227.647 africanos tenham sido concentrados em 154 aldeamentos (Castelo, 2021: 487).

O conflito armado traduziu-se no movimento de refugiados nos países vizinhos. Logo após o início da guerra, cerca de 10.000 moçambicanos atravessaram a fronteira para a Tanzânia, fugindo das represálias dos militares portugueses. O número de refugiados apresentou tendências de crescimento contínuo, atingindo os 29.000 em 1969, por altura da implementação da Operação Nó Górdio (Egero, 1979: 33-34). Com o apoio do governo da Tanzânia e de organizações internacionais, a Frelimo participou na organização de centros de refugiados. O maior localizava-se em Lutamba (na província de Lindí, no sul da Tanzânia), que registou, nos primeiros anos, um rápido crescimento de refugiados, traduzindo-se na sobrelocação e disseminação de doenças (como a cólera), falta de alimentos ou possibilidade de acesso a terras produtivas. Grande parte dos refugiados partiu para outras cidades da Tanzânia, onde tinham familiares em resultado de anteriores trajectos migratórios (Alpers, 1984). À medida que a luta de libertação continuou, outros campos foram criados, assistindo-se à melhoria das condições dos deslocados, proporcionando aos quadros da Frelimo experiências de administração, nomeadamente através da organização de escolas, centros de saúde e orfanatos (Santos, 2010: 130).

Após a independência, e numa tentativa de reconstituição da economia rural, implementaram-se diversas medidas de socialização do campo, entre as quais a constituição de aldeias comunais, recriando experiências anteriores. Milhares de camponeses foram reassentados em centenas de aldeias comunais, com vista a proporcionar o acesso a infra-estruturas e serviços (escolas e centros de saúde), organizar cooperativas de produção ou constituir uma reserva permanente de mão-de-obra agrícola para as empresas estatais (Casal, 1988: 180). Com o agravamento do conflito com a Renamo, a constituição de aldeias comunais passou, novamente, a visar objectivos

militares: retirar, desta vez, as populações da influência da Renamo, assegurar a protecção de civis e acesso a ajuda humanitária. Em 1984, entre 1.400 e 1.500 aldeias comunais (com populações de cerca de 4.000 habitantes) foram oficialmente recenseadas³, das quais 600 em Cabo Delgado, 250 em Nampula e 250 nos vales do Zambeze e do Limpopo (Cahen, 1987: 52).

Ainda que tenha tido impactos positivos ao nível do acesso a serviços de educação e saúde, permitindo a canalização de auxílios de emergência em alimentos e água potável, a constituição de aldeias comunais voltou a ter um conjunto de efeitos negativos sobre a economia familiar camponesa. Para além do processo coercivo que envolveu, em muitos casos, estes processos de reassentamento populacional implicaram o aumento das distâncias entre a habitação e os locais de produção (aumentando os tempos de deslocação e dificultando o transporte de equipamentos e colheitas); a diminuição das áreas de produção ou a exploração de áreas impróprias para a agricultura em resultado da escassez de terrenos junto às aldeias; contradições entre os aldeões originários e os novos ocupantes; aumento da pressão sobre os recursos naturais; ou problemas na criação de gado, em virtude da distância em relação às áreas de pastagens e vulnerabilidade a roubos (Casal, 1988: 167-186). Estes impactos reflectiram-se na dieta alimentar de muitas famílias, contribuindo para o empobrecimento geral. Através de diversas estratégias – tais como, o abandono das aldeias ou a manutenção de falsas residências, e continuação da produção nas terras de origem –, a reacção dos camponeses foi, frequentemente, de não participação. O início e, sobretudo, o alastramento do conflito com a Renamo, transformou o processo de socialização rural num caos generalizado, marcado por ataques de grupos armados, pilhagens, raptos e chacinas, durante os quais as empobrecidas populações nem sempre distinguiam quem as agredia e quem as defendia (Casal, 1988: 190).

Procurando limitar a população urbana e controlar as migrações⁴ a fim de impedir problemas relacionados com o desemprego, criminalidade ou com a oposição política, o governo da Frelimo deslocou milhares de indivíduos dos centros urbanos para zonas isoladas, em especial no Norte do país. Ainda durante o Governo de Transição, foi realizada a então denominada Operação Limpeza, que consistiu na captura de prostitutas das grandes cidades de Moçambique e que foram enviadas para campos de reeducação no Norte do país (Thomaz, 2008: 178). Ao longo dos primeiros anos da independência foram enviados, em vagas sucessivas, milhares de moçambicanos para campos de reeducação, nomeadamente aqueles que foram considerados de "*sabotadores*", "*marginais*" ou "*inimigos*" da revolução, assim como os possuidores de "*hábitos coloniais*" ou burgueses que se pretendiam eliminar, com vista à criação do Homem Novo⁵. Estas iniciativas adquiriram maior relevo, em 1983, com a Operação Produção, que consistiu na identificação e deportação para o Norte do País dos considerados "*improdutivos*" que, na prática, constituíam todos aqueles que não conseguissem provar que trabalhavam por conta de outrem,

³ Em 1982, das 1.352 machambas comunais, 543, ou seja, 40%, estavam concentradas na província de Cabo Delgado, ao passo que 260 (19% do total) encontravam-se distribuídas por Nampula. A sulista província de Gaza possuía cerca de 139 machambas comunais, um pouco mais de 10% do total (Thomaz, 2008: 185-186). Em Cabo Delgado, cerca de 45% da população total da província foi deslocada para as machambas, enquanto em Gaza foram concentradas 17% da população total, ou 30% de sua população rural.

⁴ A preocupação de limitar o fluxo de migrantes para as grandes zonas urbanas foi transversal a vários países africanos, tendo-se adoptado medidas diversas entre as quais o controlo rigoroso da migração para as cidades (África do Sul), a dispersão urbana (Nigéria), a promoção de cidades de média dimensão (Zâmbia e Argélia), a criação de novas cidades capitais (Nigéria e Tanzânia) ou a migração forçada para zonas rurais (Moçambique) (Lynch, 2005: 118).

⁵ A lista de deportados incluía dissidentes da Frelimo, régulos, feiticeiros, "*comprometidos*" (indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial), estudantes considerados subversivos, testemunhas de Jeová, mães solteiras ou prostitutas, entre outros (Thomaz, 2008).

incluindo trabalhadores de actividades informais⁶. A Operação Produção saldou-se no envio forçado para campos de trabalho de entre 50.000 e 100.000 pessoas, sobretudo oriundas das cidades moçambicanas, entre as quais pelo menos 30.000 de Maputo (Vines, 1991: 101). Nos locais de destino os problemas eram imensos: ausência de infra-estruturas e de serviços, vestuário para protecção do frio e sabão, insumos agrícolas, grande enfermidade e insegurança alimentar (Quembo, 2012). Nos centros de reeducação os castigos corporais, as humilhações colectivas e a privação alimentar eram particularmente incisivas (Sá, 25.06.1995: 18-28).

Tentativas de destabilização externas desencadeadas pelos regimes do *apartheid*, da Rodésia e da África do Sul, assim como profundas contradições internas existentes na sociedade moçambicana, traduziram-se em dezasseis anos de conflito armado. Directa ou indirectamente, a guerra dos 16 anos implicou o deslocamento forçado de milhões de moçambicanos. A insegurança impulsionou a fuga da maioria da população rural para os centros urbanos ou para os países vizinhos. As migrações efectuaram-se a uma escala regional, pois as comunicações entre as diferentes províncias do país tinham-se tornado difíceis: pontes e eixos rodoviários constituíam os alvos privilegiados da Renamo. Resultante da guerra dos 16 anos e com base em dados da UNHCR, Raimundo (2008: 4) estima a existência de 4 milhões de deslocados internos constatando, entre 1992 e 1994, o repatriamento total de 1.700.000 moçambicanos oriundos dos países vizinhos. Entre estes, destacava-se o Malawi, responsável pelo repatriamento de 1.285.000 refugiados, seguido do Zimbabue (247.000) e da África do Sul (71.000). Se os movimentos migratórios por motivos de trabalho adquiriram um carácter predominantemente masculino, já nos movimentos de refugiados as mulheres adquiriram um maior destaque, tendo muitas que enfrentar sozinhas situações complicadas (Vivet, 2015: 90).

Na sequência da assinatura do Acordo Geral de Paz assistiu-se ao regresso de milhões de indivíduos aos locais de origem, descapitalizados e geralmente sem acesso a infra-estruturas e serviços (médicos, de ensino, água ou saneamento). O regresso populacional despoletou conflitos de terras, em grande parte entre indivíduos que haviam ocupado as áreas periurbanas e as populações regressadas (Myers *et al*, 1994: 119-120). Nas zonas rurais, a vegetação havia crescido e tornou difícil a identificação dos limites de muitos terrenos. Rivalidades, antigas ou que surgiram durante o conflito armado, voltaram a manifestar-se através de conflitos de terras. Por outro lado, surgiram disputas entre utilizadores e donos de terras, assim como entre agricultores comerciais com direitos formais e camponeses com direitos consuetudinários (Blom, 2002: 118).

Por via de catástrofes naturais, registaram-se movimentos forçados de centenas de milhares de indivíduos, particularmente após as cheias de 1977 no Vale do Limpopo, das cheias de 2000 (Christie e Hanlon, 2001), ou na sequência dos ciclones IDAI (Mandamule, 2020) e Kenneth, em 2019, entre outros fenómenos naturais. Invariavelmente, enfrentaram-se problemas de salvamento, deslocação para pontos mais elevados e todas as dificuldades de construção de abrigos, acesso a água e alimentos, aumentando drasticamente o número de casos de cólera e de malária, não faltando pilhagens e conflitos resultantes de disputas de terra e de acesso à ajuda alimentar (Feijó e Aiuba, 2019). Moçambique familiarizou-se com a chegada de voluntários internacionais e membros das Nações Unidas, que assumiu um papel de destaque na coordenação da ajuda humanitária.

⁶ Esta medida não deixou de constituir uma resposta tardia a um conjunto de fenómenos que se vinham registando desde a independência, relacionados com a partida de colonos e encerramento das suas empresas, ou com o drástico corte no recrutamento de mineiros para a África do Sul, com consequências sobre o desemprego urbano, particularmente no Sul do país (Brito, 2011: 13).

Já no novo milénio, em resultado da construção de grandes infra-estruturas (explorações mineiras ou de apoio logístico, pontes) ou da penetração do agronegócio (plantações florestais, ProSAVANA), assiste-se a novas dinâmicas de reassentamento populacional. Investimentos no corredor de Nacala (Shankland e Gonçalves, 2016; Mandamule e Bruna, 2017; Gonçalves, 2020), projectos de mineração na província de Tete (Mosca e Selemane, 2011; Kirshner e Power, 2015; Lesutis, 2019) e de exploração de gás na bacia do Rovuma foram responsáveis pelo reassentamento de milhares de indivíduos, em processos polémicos e conflituosos.

Mais recentemente, a intensificação do conflito no Nordeste de Cabo Delgado traduziu-se na deslocação forçada de mais de 700.000 indivíduos, levantando-se problemas de ajuda humanitária, nomeadamente água, saneamento e apoio alimentar, mas também de terrenos e meios de produção, ficando evidente a fragilidade do Estado na assistência às populações deslocadas (Nhamirre et al, 2021).

A história contemporânea de Moçambique é a história de violentas deslocações forçadas, pelo que o país acumula experiência em termos de intervenções de emergência e humanitárias, ainda que crescentemente dependente das organizações das Nações Unidas.

2. METODOLOGIA

O principal objectivo desta investigação é a análise das condições socioeconómicas dos deslocados de guerra ao longo do ano de 2021. Especificamente, o estudo tem como objectivos identificar a origem geográfica das populações deslocadas, condições de reassentamento, reintegração económica, exercício de cidadania, assim como perspectivas de regresso ao local de origem.

A metodologia de análise assentou na conjugação de técnicas de recolha de dados qualitativos e quantitativos. Em primeiro lugar, recorreu-se à aplicação de inquéritos por questionário a deslocados internos em 6 diferentes distritos de Cabo Delgado e Nampula, nomeadamente no município de Pemba (70), no posto administrativo de Mapupulo (70), no distrito de Montepuez, em Marrupa (70), no distrito de Chiúre e em Corrane (70), no distrito de Meconta, na província de Nampula. Para cada um dos locais escolhidos, a amostra tem um grau de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%. A escolha destes locais relacionou-se com o facto de constituírem áreas de forte presença de deslocados internos, oriundos do Nordeste de Cabo Delgado. A amostra foi probabilística e sistemática. Depois de identificado o primeiro agregado familiar de forma aleatória, os restantes foram seleccionados de forma sistemática, de 5 em 5 casas, ao longo de cada rua.

A aplicação do inquérito por questionário foi complementada com a realização de entrevistas semi-estruturadas e com observações no terreno. As entrevistas foram realizadas a técnicos da ajuda humanitária, professores, médicos locais, assim como técnicos dos Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia, e dos Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social; e dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas.

A observação decorreu em dois períodos. Uma primeira observação foi realizada pelos autores durante o mês de Abril de 2021 nos distritos de Pemba, Montepuez, Chiúre e Meconta. Num segundo momento, foi formado um conjunto de assistentes de observação nos distritos de Nangade, Muidumbe, Montepuez, Chiúre, Meconta e no município de Pemba que, de forma quinzenal, foram prestando informações em torno de um conjunto de indicadores, em torno de dimensões de integração socioeconómica dos deslocados, como as suas condições de habitação, actividades económicas e acesso à terra para produção, alimentação e ajuda humanitária, infra-estruturas e serviços disponíveis nos centros de deslocados (em termos de saúde, educação e apoio às actividades económicas), mas também em termos de segurança e de exercício da cidadania.

3. MOVIMENTOS E COMPOSIÇÃO DE DESLOCADOS INTERNOS

O início do conflito armado no Nordeste de Cabo Delgado foi gerador de diversos movimentos populacionais, que se foram transformando ao longo do tempo. Numa primeira fase, de 2017 a 2019, as populações deslocaram-se, sobretudo, de aldeias nos distritos da costa para outras aldeias ou para as vilas sede distritais, concentrando-se um grande contingente populacional na vila de Mocimboa da Praia e Palma, mas também em Macomia e Pemba.

Com o aumento do poder bélico dos insurgentes e ataques às vilas sede distritais, a partir do segundo trimestre de 2020, intensificaram-se os fluxos populacionais, assistindo-se a uma diversificação dos destinos (ver mapa 1). Grande parte da população deslocou-se para Sul, concentrando-se nas zonas de Metuge, e para Oeste, para a cidade de Mueda, a partir de onde muitos se deslocaram para Montepuez. Por via marítima, e oriundo da costa, um grande fluxo de deslocados chegou às praias de Pemba, após longas viagens em embarcações artesanais, com escala pelas ilhas das Quirimbas. Milhares de pessoas concentraram-se nas ilhas de Vamizi, Matemo, Quiziwi, Ncomangano e Ibo, em situação de grande privação, aguardando por momentos mais seguros para regressar.

No terceiro trimestre de 2020, assiste-se a uma grande densificação populacional em bairros de Pemba, mas também em Metuge, Ancuabe, Montepuez e Mueda. No final de 2020 e ao longo do ano de 2021, começam a desenvolver-se e consolidar-se campos de deslocados nas zonas mais a Sul, particularmente nos distritos de Chiúre, Ancuabe e em Montepuez, e na província de Nampula, com apoio da ajuda internacional e do governo de Moçambique. Ao longo do primeiro semestre de 2021, novos contingentes de deslocados chegaram, particularmente após o ataque à vila de Palma, registando-se um importante fluxo populacional para Nangade, Mueda e Montepuez, Pemba e Chiúre, entre outros locais.

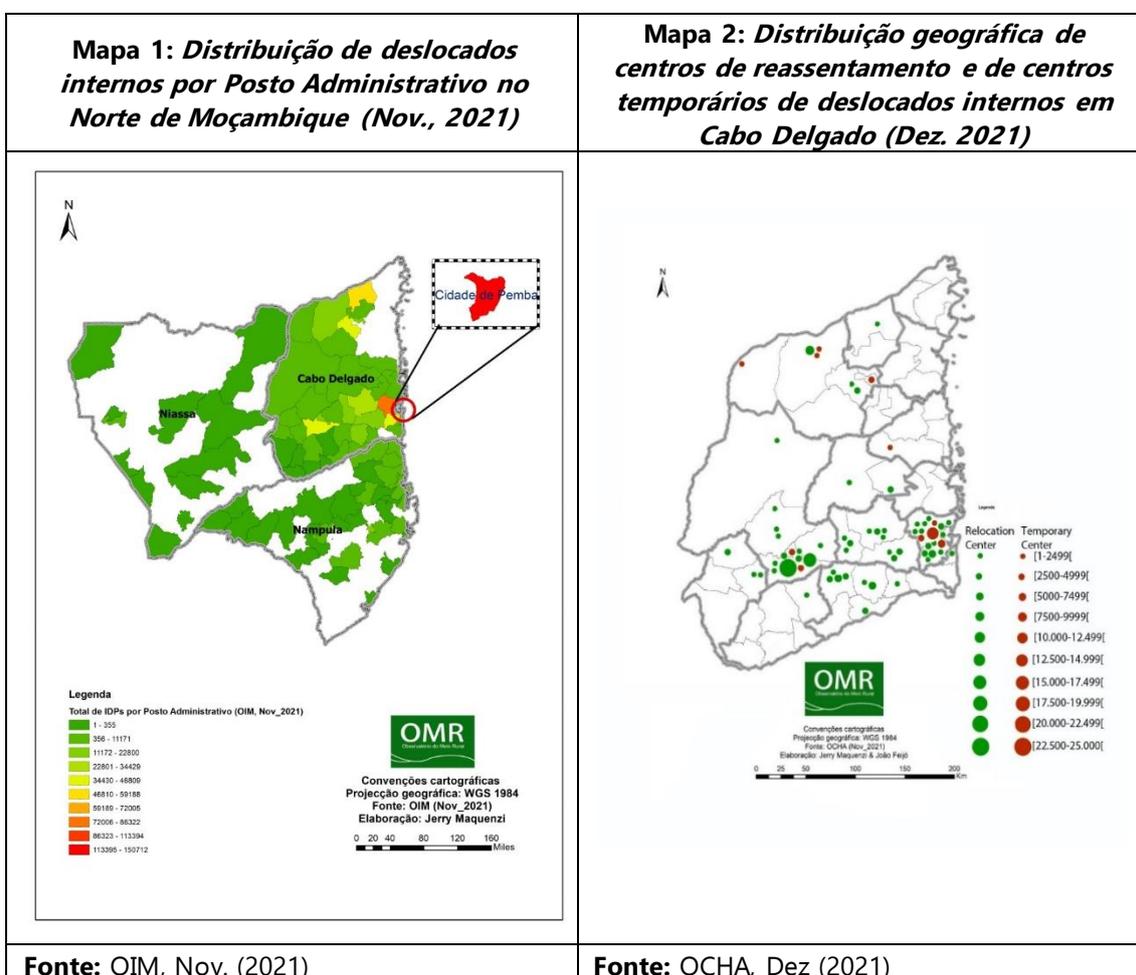
Em finais de 2021, a grande maioria dos deslocados permanecia na periferia do conflito, grande parte em Pemba-Cidade (150.712), no posto administrativo de Metuge Sede (79.654 deslocados) e Mapupulo, distrito de Montepuez (35.332), mas também a Norte, em Mueda-Sede (40.804) e Nangade-Sede (48.277) (ver mapa 1). Os deslocados nestes postos administrativos representavam mais de metade (53,4%) de todos os deslocados na província.

Se é certo que grande parte dos deslocados foi acolhida por familiares (particularmente nos centros urbanos de Pemba e de Montepuez, em Dezembro de 2021, o IOM contabilizava 204.868 deslocados dispersos por 80 locais, a maioria dos quais designados de *relocation centres* (64) e *temporary centres* (11). O mapa 2 descreve a distribuição geográfica dos centros temporários e

dos centros de reassentamento em Dezembro de 2021, permitindo a realização das seguintes considerações: Em primeiro lugar, constata-se que a esmagadora maioria dos deslocados está concentrada no Sul da província, em torno do eixo Pemba – Balama, com maior incidência nos distritos de Metuge e de Montepuez, portanto próximos dos principais centros urbanos, de importantes vias de acesso, de serviços públicos e da assistência humanitária. Metuge e Montepuez acolhiam quase metade (47,5%) de todos os deslocados em centros na província de Cabo Delgado.

Inversamente, observa-se um reduzido número de centros de deslocados no Norte da província, ilustrando as dificuldades de intervenção da ajuda humanitária em zonas particularmente inseguras, condicionada a autorizações do Ministério da Defesa.

Finalmente, importa referir a persistência de centros de deslocados provisórios, sobretudo em Metuge (onde chegam a estar registados 14.842 indivíduos num único centro), mas também em Montepuez e Mueda, traduzindo a situação de indefinição e de incerteza de dezenas de milhares de deslocados.

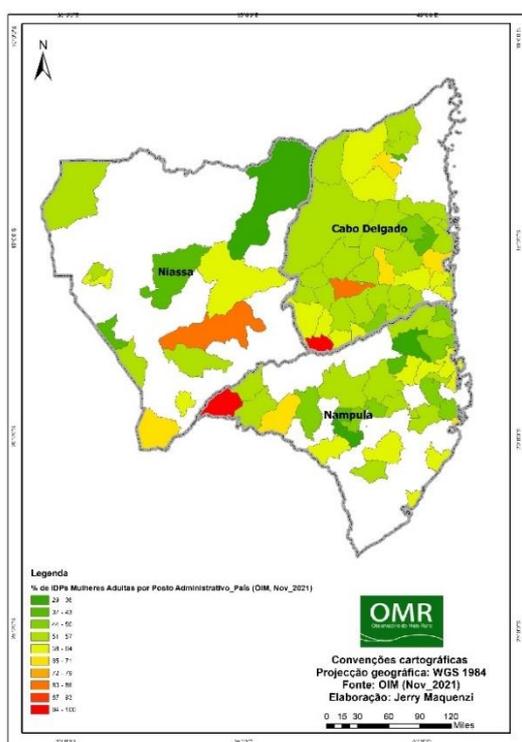


Entre os deslocados internos constata-se uma sobre-representação de mulheres. Como mostra o mapa 3, na grande maioria dos distritos onde se constatou a presença de deslocados, mais de 55% da população adulta era composta por mulheres. A percentagem de mulheres entre a população adulta aproximava-se de dois terços em Metuge (66,3%) e em Mueda (65,3), chegando

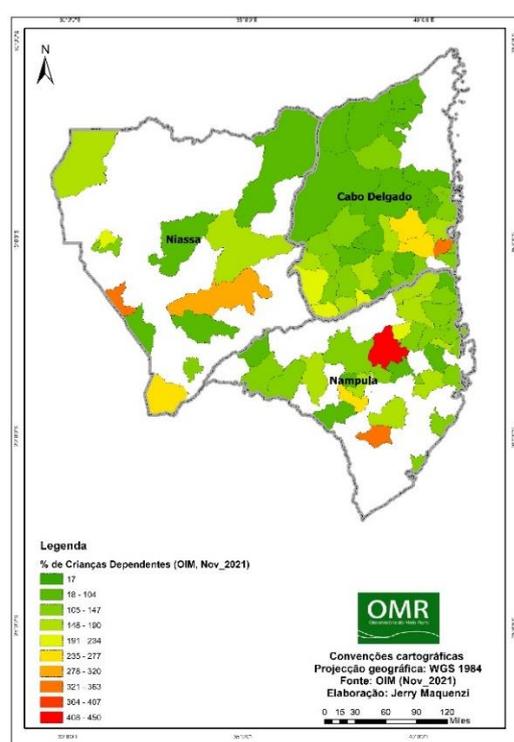
a atingir 80,5% em Mapupulo, no distrito de Montepuez. Este fenómeno torna-se mais significativo se tivermos em conta que estes 3 postos administrativos estão entre os 5 primeiros em termos de quantidade de população deslocada. A sobre-representação de mulheres foi observada em quase todas as zonas de elevada presença de deslocados (em Montepuez, Metuge, Meconta e Nangade), alimentando um conjunto de suspeitas e especulações sobre o paradeiro dos seus maridos. Esse estigma foi observado em Montepuez, particularmente em relação à população mwani deslocada, maioritariamente mulheres. Em estabelecimentos de alimentação e bebidas foram observados jovens locais, alcoolizados, chamando indivíduos mwanis de *a/shabaabs*. Relatos de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres mwanis, oriundas dos bairros Milamba e Nanduadua (em Mocimboa da Praia), com capacidade de aquisição de terrenos e construção de casas, referem a desconfiança e vigilância por parte das populações. Relatos de indivíduos deslocados revelam o sentimento de insegurança por deter um documento de identificação que revele residência em Mocimboa da Praia, uma vez que pode despoletar situações de oportunismo por parte de agentes da autoridade. Toda esta situação alimenta fenómenos de islamofobia.

Por outro lado, os dados dão conta de elevadas taxas de crianças entre os deslocados (ver mapa 4), atingindo a proporção de 3,2 crianças por adulto no posto administrativo de Mizeze (distrito de Metuge) e de 2,7 em Metoro e Ancuabe-Sede, no distrito de Ancuabe. As proporções atingem valores extremos (4,5 crianças/adulto) em distritos da província de Nampula e de Niassa, mas que se tornam pouco significativos em virtude da comparativamente reduzida população deslocada. A elevada presença de menores aumenta as preocupações humanitárias, sobretudo em termos médicos e alimentares, mas também em torno de serviços de educação.

Mapa 3: Percentagem de mulheres entre a população adulta deslocada (Nov./2021)



Mapa 4: Percentagem de menores de 18 anos entre a população deslocada



Fonte: OIM, Nov./2021

A partir da observação no terreno e interação com populações deslocadas e técnicos da ajuda humanitária, foi possível concluir que, em função dos respectivos recursos financeiros e de relações familiares, as populações deslocadas foram-se reinstalando de forma distinta, traduzindo a diferenciação social na província:

Em primeiro lugar, inúmeros indivíduos sem condições de fuga, em número indeterminado, frequentemente indivíduos menos escolarizados, sem documentação, sem capital ou com menos contactos familiares a Sul da província, continuaram a residir nas zonas de instabilidade, ao longo da costa ou nas ilhas (onde viviam da pesca), mas também nos distritos de Muidumbe e de Nangade. Estas populações continuavam a residir em zonas relativamente próximas dos seus locais de origem, dormindo no mato e em constante prontidão para fugir a um ataque. Nos arredores das vilas sede distritais (Nangade, Mueda, Palma), geralmente mais protegidas pelas Forças de Defesa e Segurança e milícias locais, as pessoas concentravam-se em residências e quintais de familiares, ou em zonas de expansão, construindo as suas residências com materiais precários, mas com limitado acesso à ajuda internacional e sujeitas à carestia e inflação dos bens alimentares (Anacleto, 06.02.2021).

Em segundo lugar, um grupo composto por indivíduos economicamente mais abastados (funcionários públicos, pensionistas, comerciantes com maior capacidade), os indivíduos com contactos familiares ou até residências mais a Sul ou Oeste da província (Pemba, Montepuez ou Nampula), conseguiram criar condições para evacuar previamente a família, por vezes transportando o respectivo património. Este grupo fixou-se nos principais centros urbanos ou acedeu às zonas de reassentamento populacional, atraído pela distribuição de terrenos e de ajuda alimentar.

Em terceiro lugar, é possível identificar um terceiro grupo, que constitui a maioria dos deslocados, que deixou o local de origem sem possibilidade de planeamento da sua fuga, deixando o seu património para trás. Ao longo do ano de 2020, na sequência das incursões de insurgentes sobre várias vilas sede distritais, zonas mais seguras como Metuge, Palma ou Mueda acolheram dezenas de milhares de indivíduos deslocados. As populações foram direccionadas para recintos escolares (encerrados em virtude das medidas de contenção da COVID-19) ou áreas próximas de armazéns, onde foram construídos abrigos precários ou distribuídas tendas de campanha para aglomeração de várias famílias.

4. AS CONDIÇÕES DE REASSENTAMENTO

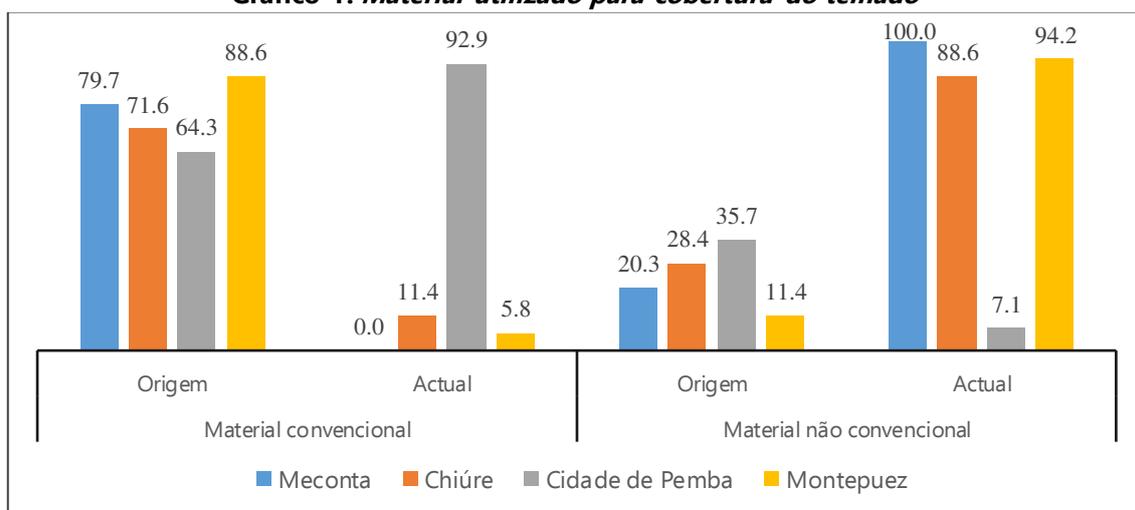
4.1. Habitação

Face à avalanche das populações deslocadas e perante o aproximar da época das chuvas, no último trimestre de 2020, as atenções orientaram-se para o destino a conferir a estas populações. A densificação populacional em zonas de lençol freático elevado e a falta de condições de saneamento aumentaram o risco de cólera e diarreias. Por outro lado, levantou-se a questão da sustentabilidade da assistência alimentar, e necessidade de acesso a terras, para preparação de uma campanha agrícola antes do início das chuvas.

É neste contexto que, a partir de finais de 2020 se foram formando novos assentamentos populacionais, alguns mais organizados, em diversas zonas a Sul de Cabo Delgado e Norte de Nampula. Em alguns locais, a Organização Internacional das Migrações e os técnicos dos serviços distritais de planeamento de infra-estruturas planificaram o terreno, com arruamentos paralelos e perpendiculares. Noutros locais, os deslocados foram simplesmente encaminhados para zonas de expansão de aldeias já existentes, tendo-lhes sido atribuídos espaços variáveis e de forma não planeada. Populações deslocadas foram mobilizadas para a limpeza do terreno, a quem foram posteriormente atribuídos lotes de 15 por 20 metros, para construção de cabanas, com espaço para pequenas hortas. O esforço de mobilização foi significativo e jovens voluntários locais contribuíram para o corte de estacas para edificação de habitações, ainda que frequentemente em quantidade insuficiente. As casas foram construídas com paredes de pau a pique, bambu e matope e com cobertura de lona e caniço. Ainda que tenham garantido condições de habitabilidade a centenas de milhares de famílias deslocadas, comparando com os locais de origem, registou-se uma clara diminuição das condições habitacionais. De acordo com os resultados do inquérito por questionário, enquanto no local de origem entre 64,3% e 88,6% dos deslocados dispunham de um telhado construído com materiais convencionais (chapa de zinco, lusalite ou telha), essa percentagem reduziu para valores residuais nos locais de destino (entre 0 e 10%). Exceptuam-se os deslocados acolhidos em casas de familiares no bairro de Paquitequete, no município de Pemba, onde 97% das residências eram cobertas com materiais convencionais (ver gráfico 1). Estes números escondem, contudo, a elevada densificação populacional (frequentemente mais de 20 pessoas a residir na mesma casa) e forte pressão sobre condições de saneamento no bairro de Paquitequete.

Se compararmos as características habitacionais desta população nos locais de origem, com os dados do censo de 2017 (INE, 2017), constata-se que se trata de uma população privilegiada no contexto da província. De acordo com os dados do Censo de 2017, 41% da população do distrito de Mocimboa da Praia, 44,5% em Macomia, 15,2% em Quissanga, 25,8% em Palma e 47,4% em Nangade tinham acesso a cobertura de casa com material convencional.

Gráfico 1: Material utilizado para cobertura do telhado



4.2.Saneamento

A mesma situação foi observada em termos de condições de saneamento. Os dados do Instituto Nacional de Estatística revelam a precariedade das condições de saneamento no Nordeste de Cabo Delgado. Os dados do Censo de 2017 dão conta de precárias condições de saneamento no Nordeste de Cabo Delgado, predominando situações de fecalismo a céu aberto. De facto, apenas 21,6% da população do distrito de Mocímboa da Praia, 18,7% em Macomia, 10,9% em Quissanga, 15,2% em Palma e 24,7% em Nangade tinham acesso a saneamento seguro (retrete ou latrina melhoradas).

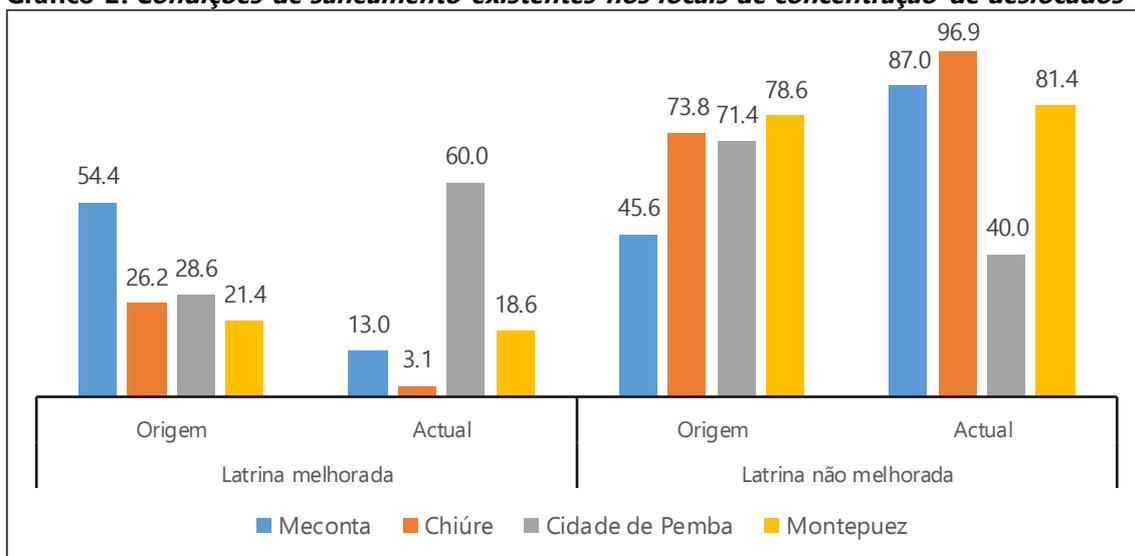
Da mesma forma, entre as famílias inquiridas nos centros de reassentamento, o acesso a saneamento constituía um privilégio para um grupo minoritário. Como ilustra o gráfico 2, antes do conflito as famílias que tinham acesso a latrina melhorada representavam apenas 21,4% das famílias que se deslocaram para Montepuez, 26,2% das que se deslocaram para Chiúre e 28,6% das inquiridas no Paquitequete.

Na sequência da intensificação dos ataques e aumento de populações deslocadas no Sul da província, uma das primeiras grandes preocupações das autoridades relacionou-se com a construção de latrinas comunitárias em zonas de grande concentração de deslocados, frequentemente próximas de residências, provocando situações de mal-estar e de tensão. Em Metuge foram relatados episódios de ataques e destruição de latrinas, em que os “donos da terra” não foram consultados, sentindo-se ameaçados de perda de terrenos e recursos.

Já nos centros de reassentamento melhor planificados, nomeadamente em Marrupa (Chiúre), Mapupulo (Montepuez) e Corrane (Meconta) verificaram-se campanhas de mobilização das populações deslocadas para construção de latrinas nos seus próprios lotes de terreno. Em meados de 2021 assistiu-se à distribuição de latrinas em laje nestes centros de reassentamento. Não obstante o esforço colectivo no sentido de criação de condições mínimas de saneamento, registou-se um agravamento das condições das famílias deslocadas inquiridas: apenas 3,1% dos deslocados em Chiúre, 13% dos deslocados em Meconta e 18,6% dos deslocados em Montepuez beneficiam de saneamento melhorado. Exceptua-se o bairro de Paquitequete, onde a maioria beneficiou das infra-estruturas de saneamento previamente existentes, ainda que fortemente saturadas⁷ (ver gráfico 2).

⁷ As campanhas de eliminação de fecalismo a céu aberto não foram acompanhadas pela construção massiva de latrinas, num bairro onde o lençol freático é bastante elevado. As latrinas construídas não são suficientes para as necessidades, pelo que as poucas existentes são partilhadas por dezenas de vizinhos. A situação agravou-se com a chegada de milhares de deslocados.

Gráfico 2: Condições de saneamento existentes nos locais de concentração de deslocados

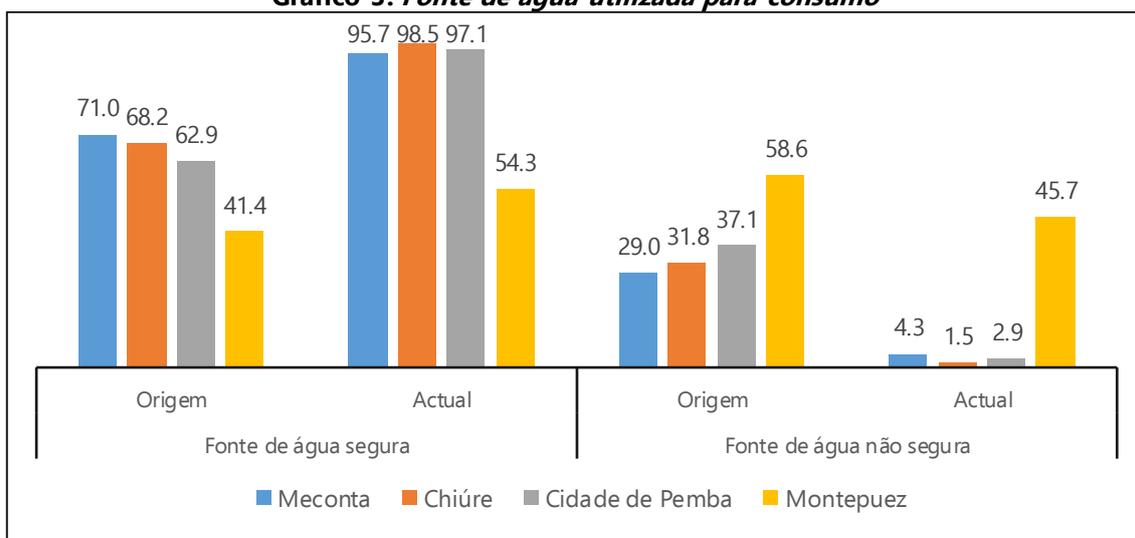


Residindo em zonas militarmente instáveis, frequentemente em fuga, e limitados no acesso a ajuda humanitária, na região Norte assistiu-se a uma forte pressão sobre as condições de saneamento (principalmente nas vilas sede, onde se registou uma maior concentração populacional), assim como ao recurso a latrinas precárias ou mesmo a céu aberto, entre populações escondidas em zonas rurais.

4.3. Água

A deslocação de centenas de milhares de indivíduos colocou uma grande pressão sobre água. Um esforço notório foi realizado em termos de realização de furos de água nos centros de deslocados, observando-se um trabalho de instalação de rede de água em Metuge, Chiúre e Meconta. Ainda que se mantenham elevadas filas de espera durante horas de ponta, mais de 95% dos inquiridos nos centros de deslocados de Marrupa (Chiúre) e de Corrane (em Marrupa) tinham acesso a água a partir de um furo de água com bomba manual. A situação era também positiva no bairro de Paquitequete (em Pemba), em virtude da existência de infra-estruturas do FIPAG e furos de água. A situação traduzia, inclusivamente, uma melhoria em relação aos locais de origem, onde a percentagem de acesso a água de poço não-protégido, rios ou lagos representava, em alguns casos, mais de 50% do acesso a água (ver gráfico 3). A situação de reassentamento proporcionou uma melhoria relativa das condições de acesso a água das populações deslocadas, por comparação com os locais de origem.

Gráfico 3: Fonte de água utilizada para consumo



Já no planalto constataram-se graves problemas de abastecimento de água. Pelo mato, o acesso a água é feito através de pequenos cursos de água e fontes não protegidas. No planalto de Mueda, a carestia de água traduziu-se na inflação dos preços. Em finais de 2021, particulares vendiam bidões de 20 litros de água a 40 meticais. De qualquer das formas, a situação melhorou com a estabilização das condições de segurança no planalto, permitindo o aumento da ajuda internacional, e abastecimento de água a populações deslocadas com recurso a cisternas.

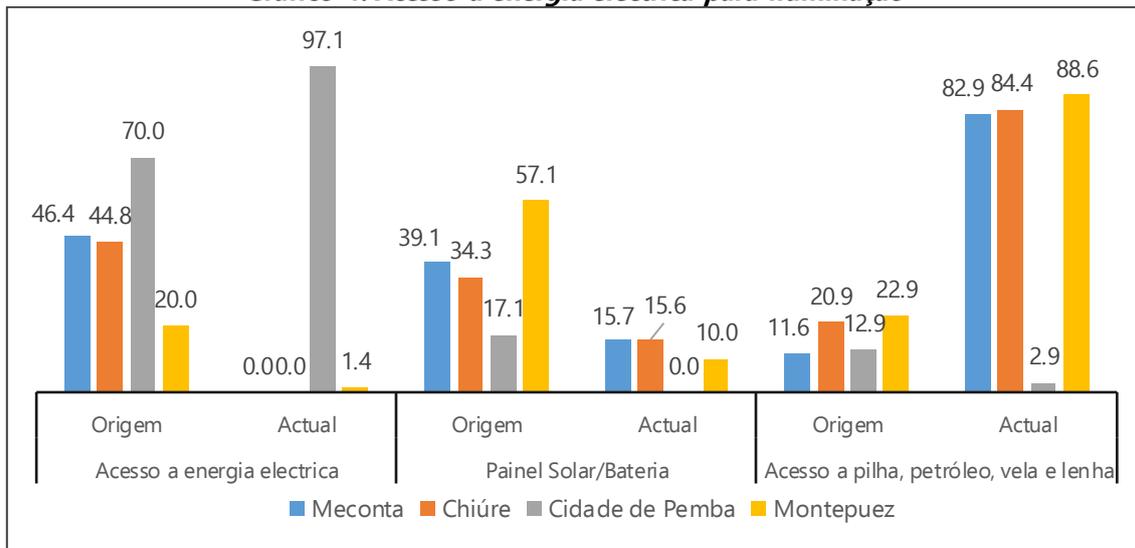
4.4. Energia

Em termos de acesso a energia verificou-se um claro agravamento das condições dos deslocados internos. De acordo com os questionários aplicados aos deslocados internos constatou-se que, antes do conflito, aproximadamente metade dos deslocados (46,4% em Meconta, 44,8% em Chiúre e 70% em Pemba) tinha acesso a energia eléctrica no seu local de origem a partir da rede da Electricidade de Moçambique. Se compararmos com os dados do Censo de 2017 (segundo os quais 11,2% da população da província tinha acesso a energia, particularmente a população urbana (41,7%) e residualmente a rural (3,2%))⁸ – constatamos que as populações deslocadas nestes centros são predominantemente urbanas e com maior poder económico.

Nos locais de reassentamento assistiu-se a uma clara diminuição do acesso a energia eléctrica (ver gráfico 4). Exceptuando o bairro de Paquitequete (inserido na zona urbana da cidade de Pemba e onde o acesso atinge 97,1%), em todos os restantes locais o acesso a energia eléctrica resume-se ao recurso a painel solar, não ultrapassando uma cobertura de 15%.

⁸ De acordo com os dados do Censo de 2017, o acesso a energia a partir da Electricidade de Moçambique era apanágio de 15,4% da população de Mocímboa da Praia, 10,2% de Palma, 8,5% de Nangade, 6,2% de Macomia e 3,2% de Quissanga.

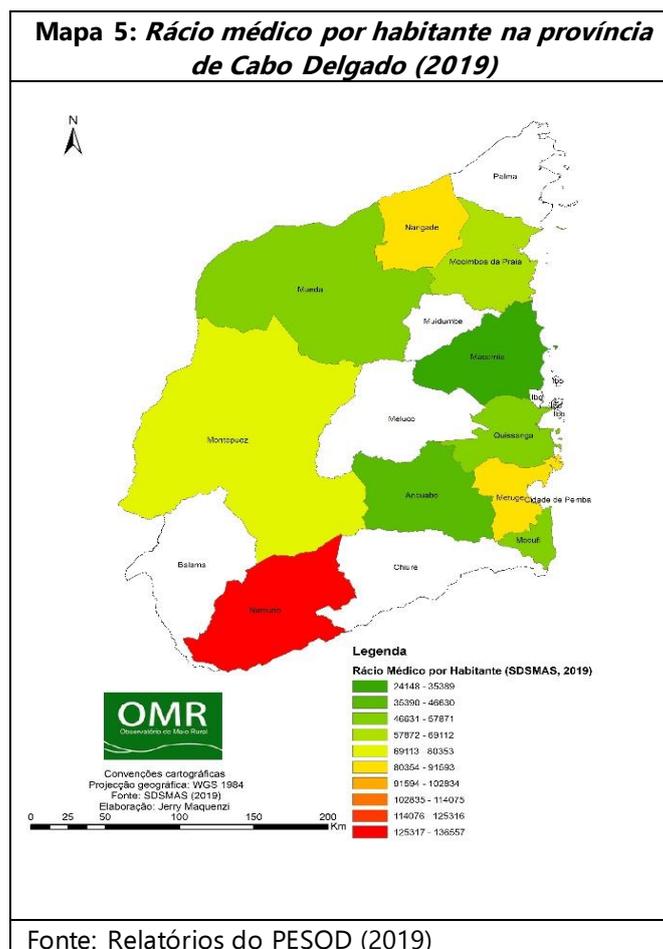
Gráfico 4: Acesso a energia eléctrica para iluminação



Em alguns locais dos centros de deslocados de Meconta e de Chiúre foram colocados postes com energia solar que iluminam durante a noite. Em virtude da destruição da subestação de Awasse, grande parte da zona Norte permaneceu sem acesso a energia durante praticamente um ano. Só após a intervenção ruandesa voltou a haver estabilidade que permitiu o restabelecimento de energia (Miguel, 04.08.2021). Nos centros urbanos da região Norte (município de Mueda), a energia urbana só era distribuída através de gerador ou painéis solares.

4.5. Acesso a saúde e segurança alimentar

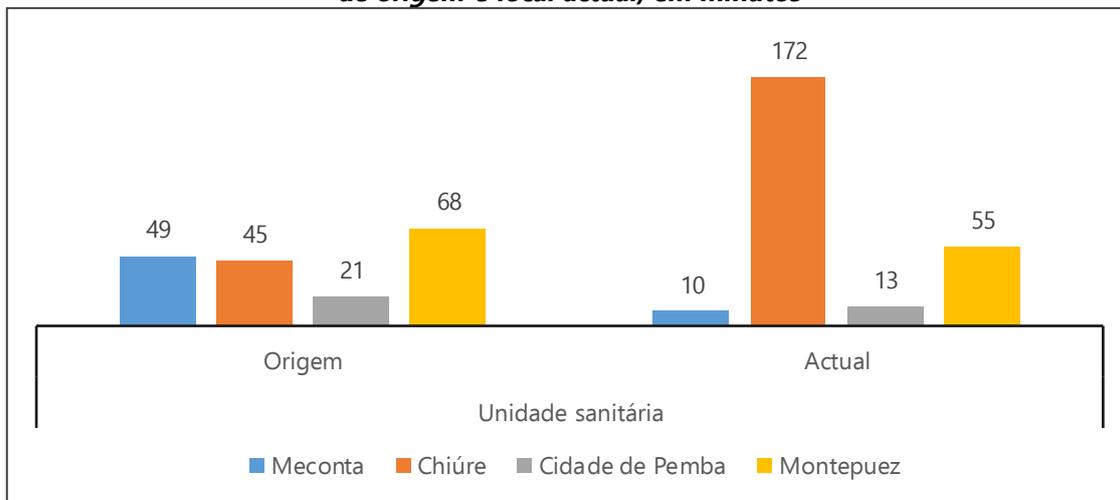
Os problemas de acesso à saúde estão largamente documentados, traduzindo-se na falta de médicos, aparelhos de diagnóstico e análises clínicas, meios circulantes, medicamentos, entre outros (CIP, 2022). A partir dos relatórios do PESOD de 12 dos 17 distritos da província é possível constatar que o rácio de médico por habitante é sempre muito superior a 10.000 (recomendação da Organização Mundial de Saúde), ultrapassando um médico para 80.000 habitantes em Metuge e Nangade e atingindo um médico por 136.000 habitantes em Namuno (ver mapa 5)



O facto de os deslocados internos se terem dirigido para as áreas mais próximas de vilas sede distritais, permitiu uma concentração populacional num raio relativamente próximo das infra-estruturas de saúde existentes, diminuindo o tempo de deslocação para unidades sanitárias. Paralelamente, as dificuldades de segurança no Norte da província, canalizaram todo o apoio internacional para os centros de deslocados no Sul da província, constatando-se a presença de um corpo médico e de enfermagem, frequentemente em equipas móveis, integrado ou com o apoio das Organizações das Nações Unidas, da Cruz Vermelha ou dos Médicos Sem Fronteiras, entre outros.

Este fenómeno contribuiu para uma diminuição do tempo de deslocação das populações para acesso a unidades sanitárias em 3 dos 4 centros de deslocados: de 49 minutos para 10 minutos entre os reassentados em Corrane, em Meconta; de 21 para 13 minutos entre os reassentados em Paquitequete (Pemba) e de 68 para 55 minutos entre os reassentados em Mapupulo, em Montepuez. Exceptuam-se os deslocados do centro de deslocados de Marrupa (em Chiúre), que reportaram um aumento da distância percorrida para uma unidade sanitária, de 45 para 172 minutos (ver gráfico 5).

Gráfico 5: Comparação do tempo médio de acesso a uma unidade sanitária, a pé, no local de origem e local actual, em minutos



Não obstante a diminuição das distâncias para acesso a serviços de saúde, a concentração populacional aumentou consideravelmente a pressão sobre esses serviços. A partir das observações no terreno, de conversas com os técnicos de saúde e utentes, constata-se a persistência de longas filas de espera e ausência de assistência medicamentosa. O corpo médico reporta situações de pequenos ferimentos, fadiga e desidratação (sobretudo entre recém-chegados), malária e diarreias. De 2020 a Fevereiro de 2021, foram registados 2.551 casos de cólera, culminando em 14 óbitos. No primeiro trimestre de 2021 verificavam-se casos de cólera em Pemba, Metuge, Montepuez, Chiúre e Ancuabe. Surtos de cólera e diarreia também foram reportados em Nampula, nas zonas de Namialo e Corrane (em Meconta), com 346 casos de cólera registados em 2021 (Few Net, 2021: 12). Por outro lado, foram registados problemas psicossociais resultantes experiências traumáticas vividas durante a fuga. A assistência psicossocial é quase inexistente e esta falta é colmatada por organizações religiosas. De acordo com psicólogos entrevistados no terreno, a situação de desocupação e de falta de perspectivas de futuro alimenta fenómenos de depressão. Entre os jovens do sexo masculino, a inexistência de fontes de rendimento e a falta de oportunidades de criação de actividades económicas é geradora de *stress*, sobretudo pela incapacidade de prover sustento à família e a jovens esposas. Nos campos de deslocados mais antigos foram identificados animadores sociais realizando actividades com crianças e jovens adultos.

Em virtude da destruição de unidades sanitárias, assalto a farmácias e fuga de pessoal médico, na região Norte a situação foi particularmente dramática. Durante o primeiro trimestre de 2021, o acesso a médico só era possível nas vilas sede de Nangade, Mueda e Palma, implicando arriscadas e onerosas deslocações. Após o ataque a Palma de Março de 2021 a situação deteriorou-se ainda mais no Nordeste da província. O aumento abrupto e repentino do número de deslocados, percorrendo enormes distâncias a pé e sem qualquer assistência humanitária, geraram problemas de desidratação, diarreia, cólera e desnutrição. Deslocados em Quitunda reportaram epidemias de cólera e total falta de meios para assistir à população, perante a impotência das autoridades militares. A situação foi atenuada no segundo semestre de 2021, com a intervenção ruandesa e com a maior presença de corpos médicos militares, assistindo à população.

A partir de entrevistas realizadas a mulheres que estiveram sob cativeiro dos insurgentes (Feijó, 2021) constatou-se que o grupo procurou recriar um sistema de assistência de saúde, constituindo (voluntária ou involuntariamente) uma pequena equipa de enfermeiros e ajudantes de enfermagem, dispondo de um depósito de medicamentos roubados, prestando assistência de saúde rudimentar às populações (incluindo diagnósticos de malária ou de HIV-SIDA, assistindo com medicamentos, geralmente paracetamol), conjugada com medicina tradicional.

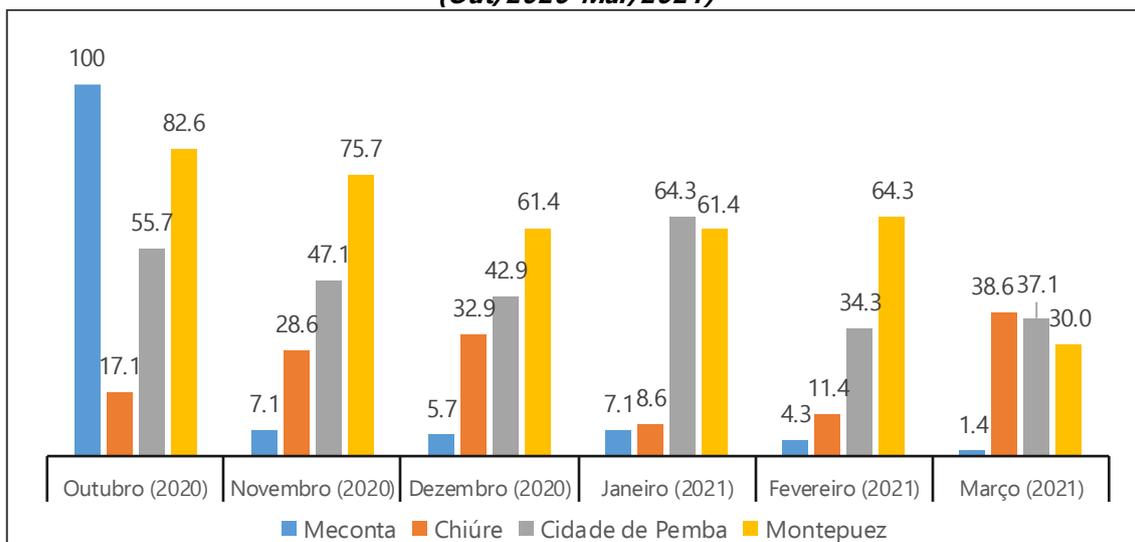
O abandono dos locais de origem traduziu-se numa clara diminuição da produção agrícola e pesqueira, interrompendo circuitos comerciais, aumentando a dependência das populações em termos de apoio alimentar. Complementado por outras organizações, como a Cáritas e empresários islâmicos, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) constituiu o grande fornecedor de apoio alimentar, aumentando a assistência a populações deslocadas, sobretudo a partir do ano de 2020: de 29.000 indivíduos assistidos, em Janeiro de 2020, para 935.000, em Setembro de 2021 (OMR, 11.11.2021: 3). O plano de resposta humanitário do PMA em 2022 é assistir 1.1 milhão de pessoas.

A assistência alimentar foi realizada essencialmente sob três formas. Em primeiro lugar, através da assistência em alimentos, distribuídos de forma regular. Porém, em virtude da insuficiência de recursos, ao longo do segundo semestre de 2021, o PMA foi forçado a reduzir, para cerca de metade, o cabaz de alimentos, passando a atender apenas 39% das necessidades calóricas das populações (OMR, 11.11.2021: 3). O *kit* alimentar é composto por arroz, óleo e feijão. Em segundo lugar, o PMA forneceu rações de resposta imediata para pessoas em processo de deslocação ou em áreas difíceis de alcançar, assim como assistência suplementar a crianças de idade entre 6 e 59 meses. Em terceiro lugar, nos locais onde o mercado e as condições de segurança o permitiram, o PMA assistiu através de transferências monetárias de 3.600 meticais mensais, atingindo 36% dos beneficiários. A quantia foi utilizada na aquisição de produtos alimentares junto de agentes económicos locais, com destaque para farinha de milho, arroz, feijão, massa esparguete, óleo alimentar ou açúcar.

Em Outubro de 2020, à excepção do distrito de Chiúre (onde apenas 17,1% dos deslocados não tinham acesso a apoio alimentar), nos restantes locais as carências eram generalizadas, sobretudo no centro de reassentamento de Meconta. Ao longo do último trimestre de 2020 e primeiro trimestre de 2021 criaram-se condições de segurança e logísticas para alimentar as populações, entretanto reassentadas. Em Março de 2021, a grande maioria dos deslocados já tinha acesso a apoio alimentar, particularmente em Meconta (ver gráfico 6). Contudo, a crescente chegada de deslocados, colocou uma maior pressão sobre as necessidades alimentares, pelo que um número crescente de indivíduos esteve privado de apoio, sobretudo recém-chegados.

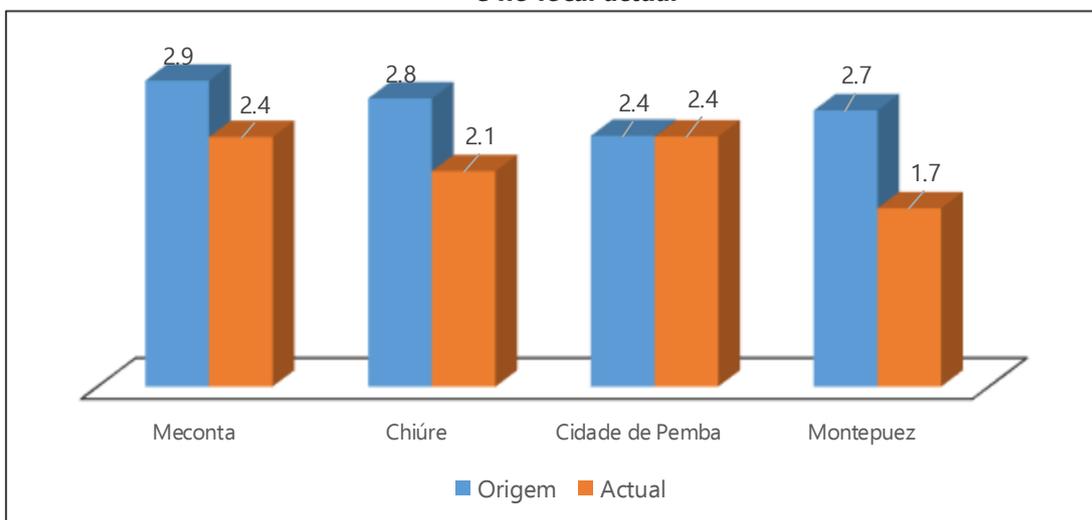
Na cidade de Pemba, o problema de alimentação apresentou dificuldades particulares em virtude da inexistência de produção agrícola e de condicionalismos de acesso ao mar, por imposições de segurança. A situação foi atenuando com a partida de inúmeros deslocados da cidade de Pemba para os distritos de Montepuez, Ancuabe e Chiúre, mas também para a costa de Quissanga, sobretudo a partir do segundo semestre de 2021.

Gráfico 6: Percentagem de deslocados que não recebeu qualquer apoio alimentar mensal (Out/2020-Mar/2021)



Não obstante os esforços de distribuição alimentar, a realidade é que se verificou uma diminuição do número médio de refeições realizadas antes e após o processo de deslocação. Este fenómeno foi particularmente visível entre os deslocados de Mapupulo, em Montepuez (onde o número médio de refeições diminuiu de 2,7 para 1,7) e Marrupa, em Chiúre (onde a diminuição foi de 2,8 para 2,1). O maior número médio de refeições diárias (2,4) foi registado no bairro de Paquitequete, na cidade de Pemba, o único local onde não se registou uma diminuição do número de refeições tomadas (ver gráfico 7):

Gráfico 7: Número médio de refeições diárias dos inquiridos, no local de origem e no local actual



As observações realizadas no Sul da província permitem perceber que as diferentes formas de acesso a apoio alimentar foram geradoras de diferenciação social, expressa, não só, na quantidade, mas também, na variedade de alimentos consumidos. Neste processo distinguem-se dois tipos de famílias. Por um lado, aquelas que dispuseram de mais recursos para se deslocar para o Sul da província, onde chegaram no último trimestre de 2020, antes da avalanche de deslocados e, portanto, com facilidade de acesso a terrenos e a tempo de preparação da

campanha agrícola (antes do início das chuvas). A partir de Abril de 2021 estas famílias complementaram a ajuda alimentar com a sua produção agrícola, melhorando a dieta alimentar. Não obstante continuarem dependentes de doações, estes agregados conseguiram vender pequenos excedentes para aquisição de outros produtos, abertura de pequenas bancas de comércio, complementando rendimentos. Entre este grupo, destacam-se, ainda, funcionários públicos e pensionistas, cujos rendimentos permitem assegurar o sustento alimentar, a aquisição ou arrendamento de terrenos, assim como de meios de produção para geração de rendimentos complementares.

Por sua vez, os mais debilitados constituem aqueles que chegaram há menos tempo aos locais de reassentamento, assim como os que permaneceram mais a Norte. Os recém-chegados apresentaram maiores dificuldades de acesso a terrenos agrícolas e enfrentaram o problema de inclusão nas listas de deslocados, aguardando várias semanas sem apoio. Numa situação de privação alimentar, este grupo tende a ter um comportamento recolector, sobrevivendo de verduras ou da caça de animais rastejantes (para consumo ou venda), numa relação de extrema dependência de terceiros.

No Norte da província a situação humanitária foi bem mais gravosa. A instabilidade militar dificultou a circulação de mercadorias, traduzindo-se no aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. O ataque a Palma, em finais de Março de 2021, desencadeou um novo contingente de deslocados para os distritos de Nangade e de Mueda ou para o centro de reassentamento de Quitunda, em Palma, onde chegaram famintos, sem acesso a meios de produção. Em virtude da instabilidade militar, ao longo de todo o primeiro semestre de 2021 a distribuição de ajuda humanitária no Norte da província esteve fortemente condicionada. Em Nangade, sacos de 25kg de farinha eram divididos por 25 indivíduos, resultando em quantidades claramente insuficientes para um mês, não faltando relatos de desvios oportunistas, protagonizados por representantes do governo local. As populações deslocadas sobreviveram com recurso a tubérculos e frutos silvestres, respigando restos de culturas ou solicitando folhas de mandioca para consumo, realizando, no máximo, uma refeição por dia. A gravidade da situação foi mais ténue para os que se haviam deslocado há mais tempo, com algum tempo para preparar uma campanha agrícola, garantindo reservas alimentares para alguns meses seguintes. A situação alterou-se no segundo semestre de 2021, quando a intervenção ruandesa permitiu uma maior estabilidade militar no planalto, facilitando a chegada de apoio humanitário. Porém, o fornecimento foi marcado pela irregularidade, pela insuficiência de alimentos.

Na cidade de Pemba, a diferenciação social verifica-se claramente entre os anfitriões e as populações deslocadas. O apoio alimentar é fornecido às famílias de acolhimento, como forma de apoio aos recém-chegados. Durante a aplicação dos questionários, várias mulheres deslocadas lamentavam o comportamento das famílias de acolhimento durante os períodos de interrupção de fornecimento de ajuda alimentar, altura em que os anfitriões se tornavam mais ásperos no relacionamento com os hóspedes.

Face à falta de terras para cultivo, dependência e irregularidade de doações alimentares, muitas famílias sentem-se obrigadas a racionar cuidadosamente a alimentação. Por outro lado, parte dos alimentos são vendidos para aquisição de outros produtos de primeira necessidade não fornecidos pelas organizações humanitárias, mas também para financiamento de despesas inesperadas, inclusivamente viagens.

Tal noutras situações de calamidade, como após o ciclone Idai (Feijó e Aiuba, 2019: 1-2), os processos de distribuição alimentar envolveram situações de oportunismo e de corrupção generalizada, apesar dos esforços para torná-los mais justas. Inúmeras suspeitas existem quanto ao número real de deslocados. De acordo com os dados do Censo de 2017, a soma da população residente nos 8 distritos mais afectados pelo conflito (Macomia, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Palma e Quissanga) totalizava 591.734 indivíduos⁹, número claramente inferior aos 697.538 deslocados registados pela OIM (diferença de 105.804 indivíduos).

A realidade é que os técnicos que participam na distribuição de ajuda alimentar denunciam situações em que famílias inflacionam o número de membros para obtenção de maior apoio alimentar (Meconta). Em vários locais (Montepuez, Mize e Pemba), abundam relatos de populações não deslocadas (vulgo *nativos*) a beneficiar de apoio alimentar, em esquemas que envolvem líderes comunitários (que inscrevem a família alargada nas listas de beneficiários) e, portanto, de complexa gestão. Moradores na cidade de Pemba denunciam esquemas de venda clandestina de senhas alimentares, por parte de secretários de bairro, envolvendo valores entre 2.200 e 2.500 meticais¹⁰.

Paralelamente, por toda a província existem relatos de famílias que não têm acesso a apoio alimentar. Na cidade de Pemba muitos indivíduos relatam serem deslocados e não terem acesso aos cheques de 3.600 meticais do PMA. As mulheres, em particular, relatam serem discriminadas no processo de distribuição. Em grupos focais realizados em Metuge, foi denunciado que mulheres mais jovens e solteiras, assim como mulheres idosas, costumam ficar de fora das listas de distribuição (OCHA, 2021). Técnicos envolvidos na ajuda humanitária em Mpiri (distrito de Ancuabe) dão conta de fenómenos de prostituição em troca de bens alimentares, denunciados pelo Centro de Integridade Pública e pela Human Rights Watch (Lusa, 08.09.2021). Em Outubro de 2021, esquemas de corrupção no sistema de distribuição de cheques de ajuda alimentar, que deixavam muitos sem apoio, foram denunciados à Procuradora-Geral Adjunta de Moçambique (DW, 26.10.2021). O corte de ajuda alimentar e a existência de diferentes hábitos alimentares geram tensões entre a população e os técnicos da ajuda alimentar (Estas situações geraram tensão, levando inclusive populares a rebelarem-se contra as autoridades, como noticiado em Montepuez, Palma e Mueda (O.O., 28.10.2021) e Meconta.

⁹ Na análise destes dados demográficos, importa atender aos seguintes aspectos. Em primeiro lugar, à existência de diversos relatos de zonas da costa não recenseadas durante o Censo de 2017, em virtude da recusa de populações (já integradas nos *al-shabaabs*), de dificuldades de transporte para as inúmeras ilhas do arquipélago das Quirimbas e das contínuas migrações circulares de pescadores entre o continente e as ilhas (escapando aos recenseadores), permitindo admitir que os números reais possam ser superiores aos efectivamente divulgados. Em segundo lugar, ao crescimento natural da população após 2017, ainda que deva ser considerado o aumento das taxas de mortalidade, em consequência directa e indirecta da guerra e de catástrofes naturais. Em terceiro lugar, à duplicação de registos dos mesmos indivíduos por parte da OIM, ao longo de deslocações sucessivas, em resultado de incessantes ataques. Finalmente, à existência de relatos de famílias duplamente registadas, com nomes diferentes, com o objectivo de duplicação de apoio alimentar. O facto de muitos indivíduos terem escapado sem documentação, impede a verificação das respectivas origens geográficas, abrindo espaço para recenseamentos oportunistas, sobretudo para qualquer falante das línguas do Norte de Cabo Delgado.

¹⁰ De acordo com as fontes, um cheque de 3.500 meticais é vendido pelo valor de 2.500 meticais, podendo na compra de dois cheques o valor unitário diminuir para 2.200 meticais.

4.6. Acesso a educação

Antes do conflito armado, a província de Cabo Delgado já apresentava as mais elevadas taxas de analfabetismo do país, particularmente incidentes em determinadas zonas do litoral. Como noutras zonas do país, registava-se a falta de meios de trabalho, desmotivação e dificuldades técnico-pedagógicas do corpo docente, uma reduzida ou nula inspecção escolar (por parte dos serviços provinciais demasiado centralizados e com escassos recursos), reduzido envolvimento das famílias nas actividades lectivas e elevados índices de abandono escolar, direccionando as crianças para realização de actividades extractivas, pesca ou comércio, assim como para casamentos prematuros.

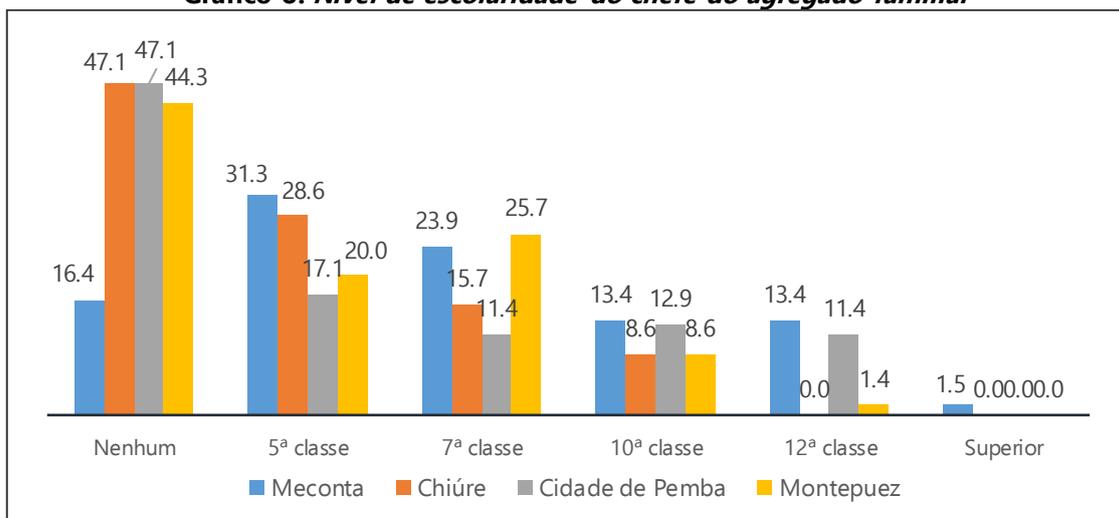
O conflito armado veio agravar a situação do sector da educação no Nordeste da província de Cabo Delgado. Por veicularem um ensino laico, as escolas constituíram um dos principais alvos dos insurgentes, traduzindo-se na destruição do débil património escolar do Nordeste de Cabo Delgado. O conflito armado traduziu-se na destruição ou encerramento de 354 escolas primárias e 7 escolas secundárias, afectando 86.835 alunos no ensino primário e 13.661 alunos no ensino secundário (Matias, 2020). Em virtude da insegurança, nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Muidumbe, Macomia e Quissanga assistiu-se à interrupção total de actividades lectivas ao longo do ano de 2021. Nos distritos de Mueda, Nangade e Palma as actividades lectivas funcionaram essencialmente nas sedes distritais. Parte das escolas não afectadas pelo conflito transformaram-se em centros de acolhimento, perturbando a actividade escolar.

A insegurança motivou a deslocação de mais de 2000 professores e de dezenas de milhares de estudantes para vários distritos do Sul da província, concentrando-se em Pemba, Montepuez e Chiúre, registando-se uma grande lentidão no processo das matrículas. De acordo com os dados fornecidos pela Direcção Provincial de Educação, em finais de Março de 2021, o número de matrículas em zonas de reassentamento representava 154% do previsto, ilustrando a avalanche de novos alunos. Em meados de Abril de 2021, o número de alunos matriculados ainda estava em actualização, constatando-se um elevado rácio de aluno por professor, nas escolas do Sul da província.

A estas dificuldades acrescentam-se as medidas de prevenção da COVID-19. De acordo com os professores entrevistados, as práticas de realização de exercícios escolares à distância ou o recurso a rádios comunitárias não tiveram qualquer impacto nos primeiros anos lectivos, pelo que a matéria que deveria ter sido abordada no ano lectivo de 2020 foi transferida para o ano subsequente. Em 2021, as instruções governamentais para limitação do tamanho das turmas (de forma a garantir o distanciamento social) obrigou à multiplicação do número de turmas, mas com o mesmo número de professores, traduzindo-se na realização de horários intercalados, em prejuízo do cumprimento dos programas escolares. Nas escolas visitadas, os professores enfrentavam o desafio de ministrar os conteúdos programáticos de dois anos lectivos em apenas dois dias de aulas por semana, sem que tenham conseguido apresentar um plano de leccionação.

Os dados dos inquéritos por questionário permitem-nos concluir que grande parte da população deslocada apresenta baixos níveis de qualificação, sobretudo em Marrupa (Chiúre), Paquitequete (Pemba) e Mapupulo (Montepuez), onde os índices de analfabetismo são superiores a 44%. Em contraste, nos locais mais distantes do conflito, nomeadamente em Corrane (Meconta), constataram-se os mais baixos níveis de analfabetismo (16,4%), mas também as mais altas taxas de conclusão do nível secundário e superior (ver gráfico 8).

Gráfico 8: Nível de escolaridade do chefe do agregado familiar

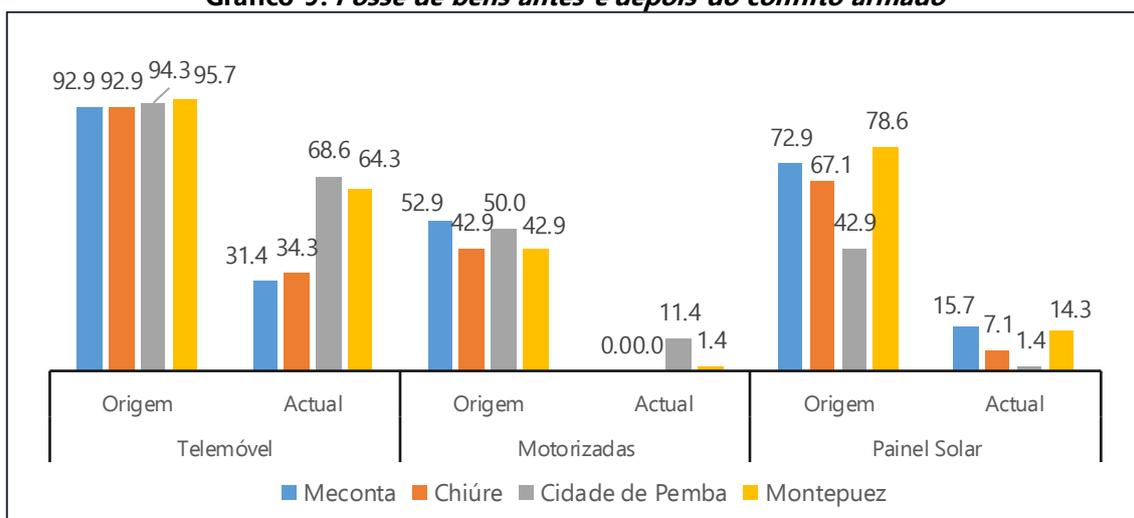


Se a deslocação para a cidade de Pemba se traduziu numa diminuição do tempo médio de percurso para as escolas primárias, de 17 para 11 minutos, nos restantes locais de reassentamento verificou-se um aumento do tempo percorrido, de 26 para 49 minutos em Mapupulo (Montepuez) e de 27 para 37 minutos em Corrane (Meconta), tendo o tempo permanecido semelhante em Marrupa (Chiúre). Ao nível do ensino secundário, o aumento da distância em relação a locais de ensino foi notório em Mapupulo, Montepuez (de 164 para 209 minutos), e em Marrupa, Chiúre (de 62 para 173 minutos). No bairro de Paquitequete (Pemba) e em Corrane (Meconta), verificou-se uma ligeira redução do tempo médio de deslocação (de 36 para 24 minutos e de 63 para 52 minutos, respectivamente).

4.7. Posse de bens

O processo de deslocação populacional num contexto de guerra foi responsável pela destruição, roubo e abandono alargado de património, traduzindo-se, no local de destino, numa clara diminuição de bens duráveis, nomeadamente telemóveis, motorizadas e painéis solares. O gráfico 9 mostra que, no local de origem, a esmagadora maioria dos agregados familiares (acima de 92%) detinha pelo menos um telefone, constatando-se uma elevada percentagem de agregados detentores de painel solar (entre 42,9 e 78,6%) e, inclusive, de motorizada (entre 42,9% e 52,9%):

Gráfico 9: Posse de bens antes e depois do conflito armado



O nível de detenção destes bens duráveis apresenta-se claramente superior aos níveis registados no Censo de 2017. De acordo com o INE (2017), apenas 21,7% dos agregados familiares da província tinha acesso a telemóvel, 5,4% a painel solar e 10,8% a motorizada. Não deixando de se admitir a possibilidade de os inquiridos terem inflacionado a variedade e quantidade de bens perdidos com o conflito (eventualmente com expectativas de obtenção de apoios), a realidade é que esta discrepância sustenta a hipótese, segundo a qual, os deslocados que alcançaram o Sul da província são oriundos de estratos sociais com maior capacidade económica.

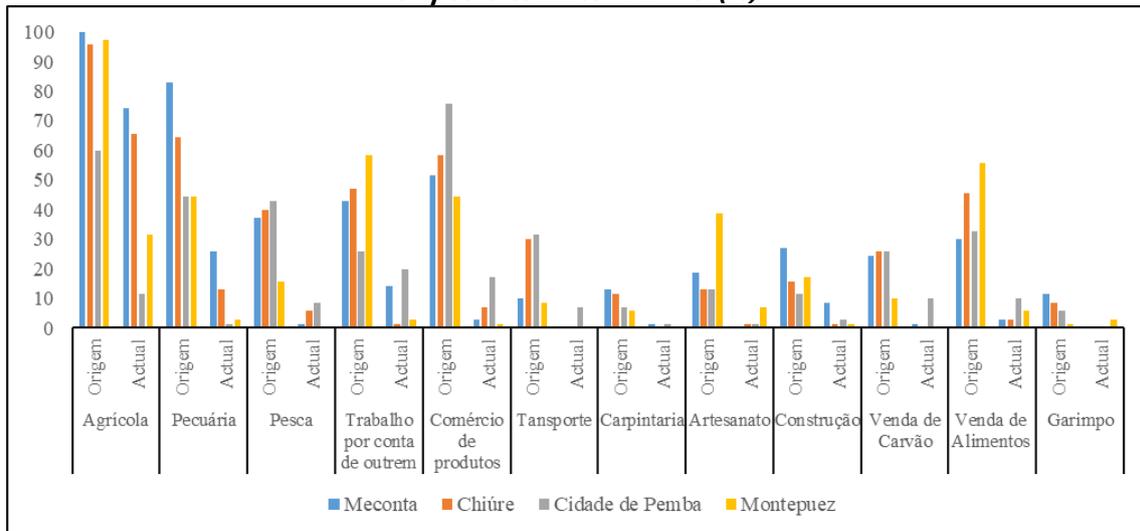
5. REINTEGRAÇÃO ECONÓMICA

5.1. Acesso a terra e actividades económicas

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos deslocados internos prende-se com o acesso a meios de produção. No local de destino, eles competem com as populações autóctones no acesso a terra, lenha, carvão, estacas e outros recursos naturais. Largamente descapitalizados, e sem acesso a barcos e redes de pesca, veículos e ferramentas de trabalho, entre outros instrumentos de produção, as populações deslocadas apresentaram enormes dificuldades para reiniciar as suas actividades económicas. Como mostra o gráfico 10, após o reassentamento populacional, verificou-se uma clara diminuição de actividades económicas realizadas pelas famílias, nomeadamente ao nível da actividade agrícola, pecuária, pesca, comércio que se dedicavam à actividade agrícola, pecuária e pesca (sobretudo em Montepuez e Pemba). A única actividade económica que registou um aumento (ainda que de forma pouco significativa¹¹) foi o garimpo, no distrito de Montepuez:

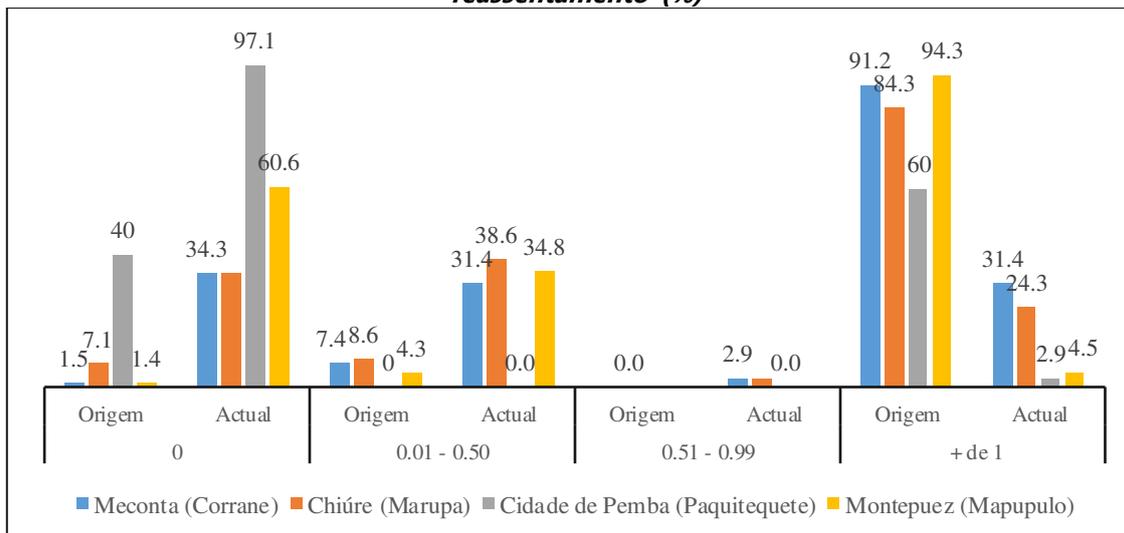
¹¹ Durante a realização de um grupo focal com 51 deslocados em Mapupulo, após a aplicação dos questionários, um grupo considerável de participantes (13 jovens) referiu que costumavam deslocar-se regularmente para Namanhumbir com o objectivo de realização de garimpo. Essas incursões foram interrompidas após a auscultação de disparos de armas de fogo na zona de mineração ilegal. Traumatizados com a guerra, os jovens fugiram e interromperam a actividade.

Gráfico 10: Atividades económicas realizadas pelas populações deslocadas, antes e após o conflito armado (%)



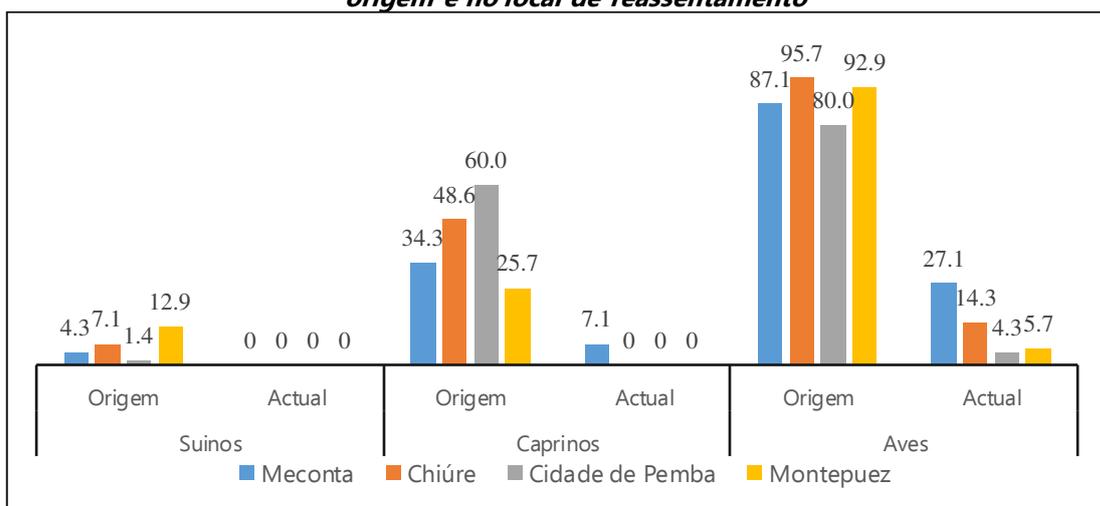
O acesso a terra para produção constitui uma das questões mais problemáticas e geradoras de conflito. A partir do inquérito por questionário aplicado em Abril de 2021, constata-se uma clara diminuição das áreas cultivadas pelas famílias nos locais de reassentamento. Se a esmagadora maioria dos deslocados inquiridos cultivava, no local de origem, áreas superiores a 1 hectare, a percentagem dos deslocados que mantém essa capacidade produtiva é claramente inferior (atingido apenas 4,5% em Mapupulo, Montepuez). A percentagem de deslocados que não cultivou atinge 60,6% em Mapupulo e 34,3% em Marrupa (Chiúre) e Corrane (Meconta). Inseridos numa zona urbana de Pemba, a esmagadora maioria (97,1%) dos reassentados no bairro de Paquitequete não teve condições para produção agrícola (ver gráfico 11).

Gráfico 11: Comparação da área cultivada no local de origem com o local de reassentamento (%)



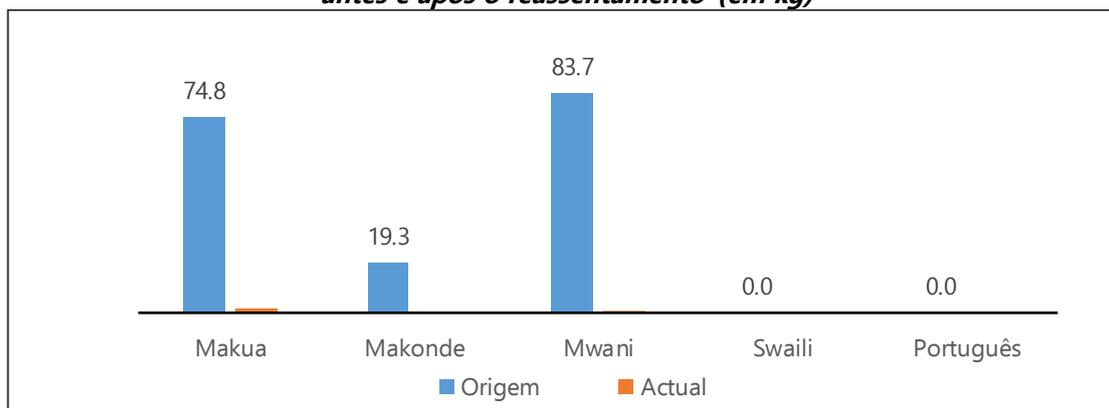
A diminuição de produção foi também constatada ao nível da criação pecuária. No local de origem, entre 25,7% e 60% dos agregados familiares eram criadores de caprinos. Após a fuga da zona de guerra, apenas em Meconta foi constatada essa actividade, e praticada de forma residual (7,1%). Se no local de origem a grande maioria (entre 80% e 95,7%) era criadora de galinhas ou patos, actualmente, no local de reassentamento, a percentagem é bastante inferior, sobretudo na cidade de Pemba (4,3%), em Montepuez (5,7%), e em Chiúre (14,3%). Os dados revelam que os deslocados em Meconta reagiram mais rapidamente em termos de criação pecuária do que os congéneres nos outros distritos (ver gráfico 12).

Gráfico 12: Percentagem de agregados familiares detentores de animais, no local de origem e no local de reassentamento



A diminuição da produção foi particularmente constatada ao nível da produção piscatória, afectando claramente a população da costa. Como verificável no gráfico 13, entre o grupo etnolinguístico mwani (que reside predominantemente no litoral), a produção piscatória mensal superior a 80kg, reduziu para valores residuais no local actualmente. Exceptuando os deslocados oriundos de Muidumbe (onde muitos praticavam a pesca no rio Messalo), a população maconde foi comparativamente menos afectada (ver gráfico 13). Fortemente dependente da pesca e menos familiarizados com a agricultura, a população mwani enfrentou maiores problemas de integração nos locais de destino, num cenário em que a maioria dos apoios estava destinada à actividade agrícola, em detrimento da pesca.

Gráfico 13: Produção piscatória média mensal dos deslocados, por grupo étnico, antes e após o reassentamento (em kg)



Em todos os locais foram identificados conflitos de terras entre nativos e deslocados. Em Corrane (Meconta) inúmeros relatos dão conta da entrega de terras aos deslocados por parte do Governo, alegadamente sem consulta ou compensação das populações nativas que, perante a avalanche de deslocados, surgem a reivindicar os seus terrenos. Se aqueles que chegaram ao longo do último trimestre de 2020 conseguiram ter acesso a terra, a partir de meados de 2021, a mesma terra começou a ser reivindicada pelas populações nativas, sob a alegação que o prazo de empréstimo havia terminado. Entre os meses de Junho e Agosto de 2021 proliferavam histórias de famílias deslocadas impedidas de cultivar nos terrenos agrícolas que haviam obtido meses antes, obrigando à intervenção dos secretários de bairro, mas geralmente sem solução. Em Setembro de 2020, algumas famílias deslocadas foram expulsas dos seus terrenos após os terem preparado para a produção.

Da mesma forma, em Montepuez, as populações nativas manifestaram-se relutantes na cedência de terrenos, obrigando a sucessivas intervenções do governo distrital, geralmente sem solução. O acesso a terra foi conseguido, geralmente, em áreas inferiores a um hectare por agregado familiar, insuficientes para garantir a segurança alimentar ao longo do ano. Os poucos deslocados que acederam a terras, só o conseguiram em zonas muito distantes (a mais de três horas de distância), ou fortemente arborizadas, sem terem machados e catanas para o desbaste, deparando-se com insectos que afectaram a produção.

Em Pemba, as famílias que não foram encaminhadas para centros de deslocados em Ancuabe, Chiúre ou Balama (processo que desacelerou a partir de Abril de 2021, com o fim da época agrícola) permaneceram sem terra para produção. Os deslocados com maior poder económico criaram os seus pequenos negócios, observando-se um aumento significativo de agentes M-pesa e de motoristas de táxi-mota, alimentando especulações de ligações destas actividades com a insurgência. Outros deslocados iniciaram pequenas actividades de venda de *mandaze*¹², banana, crédito, entre outros produtos.

¹² Bolo semelhante a arrufadas, confeccionados com trigo e açúcar.

Ao longo do segundo semestre de 2021, a dificuldade de acesso a terra permanecia uma realidade para a maioria dos deslocados, em todos os distritos envolvidos no estudo. Neste cenário, formou-se um mercado de terras (de compra ou arrendamento), geralmente dinamizado por famílias com maiores recursos, entre as quais se destacam funcionários públicos ou pensionistas (antigos combatentes da luta de libertação nacional). Os preços alegadamente pagos por hectare de terra rondaram entre 500 e 10.000 meticais, para utilização numa campanha agrícola. No Norte da província, no distrito de Muidumbe, a terra para a produção era arrendada por valores entre 2.500 e 5.000 meticais anuais¹³, por parcelas equivalentes a cerca de um hectare.

Em todos os centros de deslocados estudados, grande parte das famílias tentou cultivar pequenas hortas em redor das casas, atenuando a insegurança alimentar. A partir de meados de 2021, se as famílias que chegaram há mais tempo aos centros de deslocados iniciavam timidamente algumas actividades económicas (pequenas bancas onde vendem alguns excedentes agrícolas, bebidas caseiras ou *mandaze*, sal, sabão, lenha ou carvão, vestuário, por vezes salões de cabeleireiro a funcionar a painel solar, agente M-pesa ou negócios de transporte para a sede distrital), a realidade é que entre a maioria dos deslocados predomina a inactividade e a forte dependência de doações, sobretudo entre os recém-chegados. A falta de espaço para cultivo foi geradora de um forte sentimento de ansiedade, sobretudo a partir do último trimestre de 2021, aquando da diminuição da ajuda do Programa Mundial de Alimentos.

Na região Norte, em áreas relativamente menos afectadas pelo conflito, nomeadamente nos distritos de Muidumbe e Nangade, as populações continuam a realizar actividades agrícolas, essencialmente de subsistência, pecuária, pesca (nos rios e lagos), extracção de lenha e carvão. Um pequeno número de comerciantes continuou a comprar alimentos processados em Mueda e a revender em pequenas barracas em Miteda, em Muidumbe. A quantidade de produtos disponíveis diminuiu e os preços registaram um aumento significativo¹⁴. Em virtude da insegurança vivida no terreno, as lojas passaram a encerrar muito mais cedo.

Na zona Norte não deixaram de se registar situações de conflito de terras, particularmente a partir do último trimestre de 2021, quando se registaram fenómenos de regresso de indivíduos, até então refugiados em Mueda ou mais a Sul da província. Indivíduos locais haviam vendido parcelas de terreno sem consultar os restantes membros da família, frequentemente ausentes da região, que vieram mais tarde exigir valores monetários.

5.2. Acesso a insumos e apoio extensionista

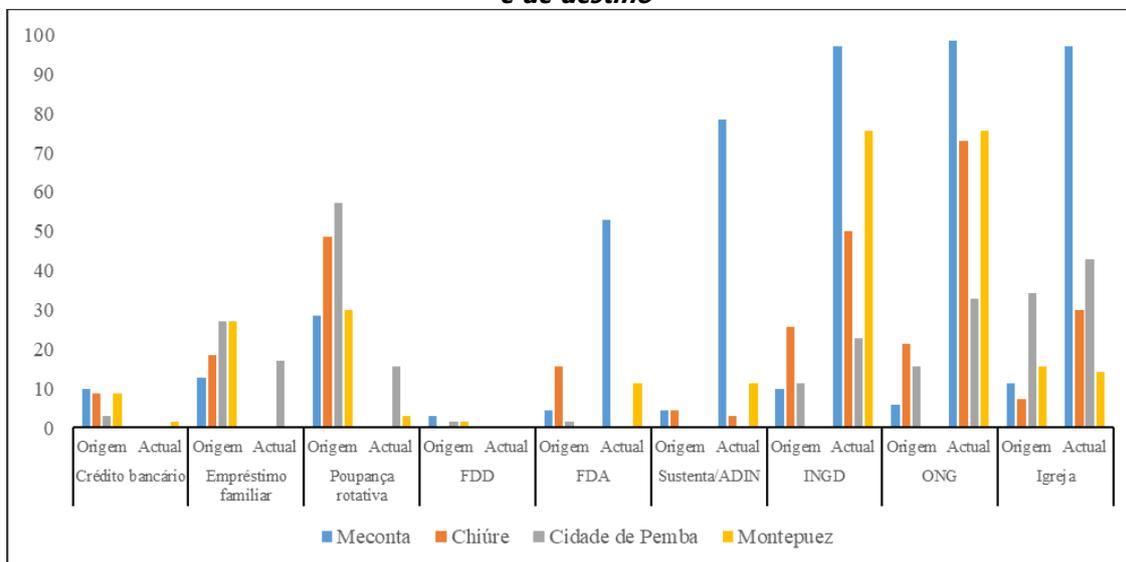
Ao longo do primeiro semestre de 2021 assistiu-se a uma intensa campanha de distribuição de insumos agrícolas, quer por parte da FAO e de organizações não-governamentais locais (como a Caritas ou a Visão Mundial) ou até, de forma menos frequente, por parte do Governo de Moçambique (via ADIN e INGD). O gráfico 14 mostra que o conflito armado provocou uma ruptura nos escassos mecanismos de financiamento e apoio a actividades económicas (acesso a crédito bancário ou ao Fundo de Desenvolvimento dos Distritos). Por outro lado, as migrações, a dispersão populacional e a interrupção de actividades económicas descapitalizaram as famílias, destruindo mecanismos informais de apoio, como as poupanças rotativas e empréstimos familiares. Estes mecanismos foram substituídos por apoios de cariz mais assistencialista,

¹³ Sendo o arrendamento apenas por 12 meses, o cultivo de mandioca é proibido no acordo estabelecido entre os proprietários do terreno e o arrendatário.

¹⁴ A título de exemplo, 1kg de arroz, que antes do conflito custava 40 meticais, em meados de 2021 custava 60 meticais numa pequena barraca em Miteda.

entrando em acção novos actores, entre os quais o INGD, organizações não-governamentais e organizações religiosas.

Gráfico 14: Percentagem das famílias com acesso a apoios nos locais de origem e de destino



Apesar da distribuição mais alargada de insumos, por parte de doadores (nos centros de reassentamento mais organizados), a realidade é que o apoio não foi suficiente para a dimensão da população deslocada. Registaram-se problemas de acesso a sementes, catanas e enxadas, por vezes distribuídos demasiado tardiamente. O fornecimento destes apoios diminuiu consideravelmente com o fim das chuvas, tendo conseguido apenas atenuar situações de insegurança alimentar, com um impacto residual na criação de excedentes e dinamização de um pequeno comércio rural. Em virtude da destruição de infra-estruturas e fuga dos técnicos dos serviços distritais das actividades económicas, no Norte da província o apoio em insumos foi praticamente inexistente.

Se as populações deslocadas oriundas de áreas do interior da província estavam mais familiarizadas com a actividade agrícola e a produção de milho, muitas populações oriundas de zonas costeiras (que tinham na pesca, no comércio e no transporte marítimo a sua principal actividade) ou de centros urbanos (vivendo da prestação de serviços) não detinham os mesmos conhecimentos, competências e experiência na agricultura. Sem apoio extensionista, inúmeros relatos dão conta do regresso de populações a zonas costeiras, nomeadamente para as ilhas do Ibo ou de Matemo, com vista à realização de actividades piscatórias.

6. SEGURANÇA E EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Não obstante as maiores condições de segurança existentes no local de reassentamento, não deixaram de se verificar inúmeras situações de tensão com as forças de defesa e segurança. Um dos principais motivos dos conflitos adveio da falta de documentos entre a população deslocada. Um diagnóstico realizado pela Universidade Católica de Moçambique (UCM) constatou que cerca de 45% dos deslocados internos não possuía documentação civil, em virtude de ter sido queimada, deixada para trás durante a fuga, ou de nunca ter sido emitida (OMR, 2021). A ausência de documentação colocou a população numa posição bastante vulnerável perante os agentes da

autoridade, conhecidos localmente pela desconfiança em relação a populações deslocadas (particularmente muçulmanos oriundos da costa), por oportunismo e extorsão de valores monetários ou violência contra civis, inclusive sexual¹⁵ (DW, 26.10.2021). Jovens que regressaram aos locais de origem em Palma foram obrigados ao pagamento de valores monetários aos militares, inflacionando os custos de transporte¹⁶.

A ausência de certidão de nascimento exerceu um impacto negativo no acesso a diversos direitos de cidadania, nomeadamente de acesso a outra documentação (bilhetes de identidade, DUATs, entre outros); protecção social (vulnerabilidade a raptos, tráfico de órgãos e de seres humanos, trabalho escravo, etc.), invisibilidade e exclusão social. Procurando responder a esta necessidade, a UCM realizou uma caravana jurídica, com vista a providenciar a regularização da situação documental de populações deslocadas e promover assistência jurídica e judiciária. A emissão de dezenas de milhares de documentos de identificação constituiu um importante alívio para as populações deslocadas.

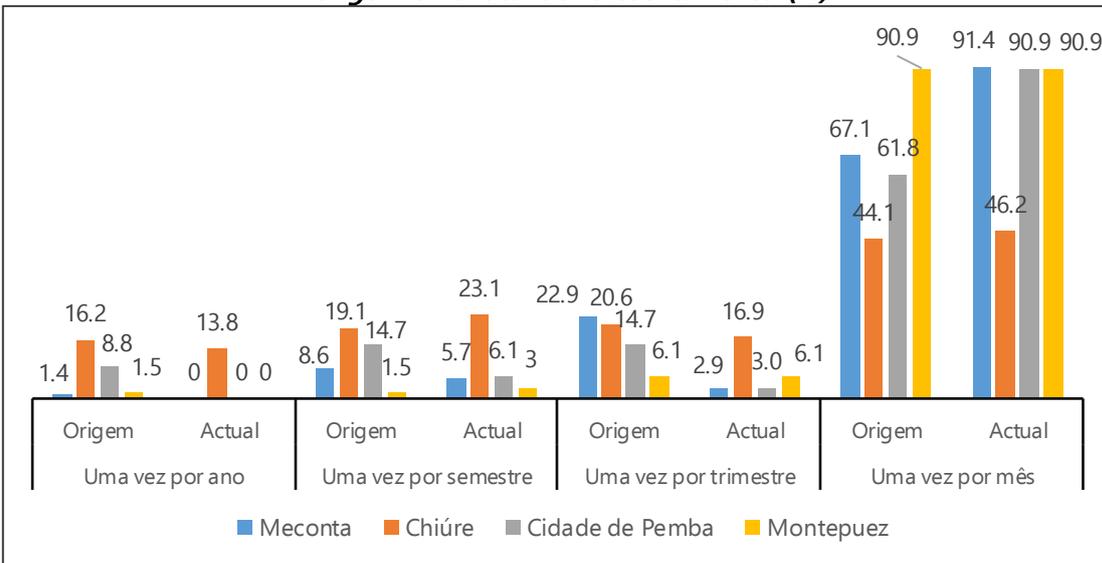
Em todos os centros de reassentamento estudados constatou-se a preocupação de identificação ou eleição de líderes locais entre a população deslocada, e respectiva interacção com os líderes das populações pré-existentes, em articulação com o chefe de posto. Com vista a promover o relacionamento interétnico e a unidade nacional, em Marrupa (Chiúre) constatou-se a preocupação de misturar as populações em função do grupo etnolinguístico de pertença.

Questionados acerca da frequência de realização de reuniões comunitárias, antes e após o processo de reassentamento, a grande maioria – sobretudo os inquiridos em Mapupulo (Pemba), mas também Corrane (Meconta) e Paquitequete (Pemba) – deu conta da existência de frequentes reuniões comunitárias nos locais de origem (de cariz mensal), geralmente relacionadas com o conflito em curso e necessidade de promoção de segurança das populações. De acordo com os inquiridos, a frequência das reuniões intensificou-se no local de reassentamento, desta vez versando sobre a ajuda humanitária.

¹⁵ Estes abusos cometidos pelas forças de defesa e segurança foram, inclusivamente, denunciadas ao Ministério Público (DW, 26.10.2021).

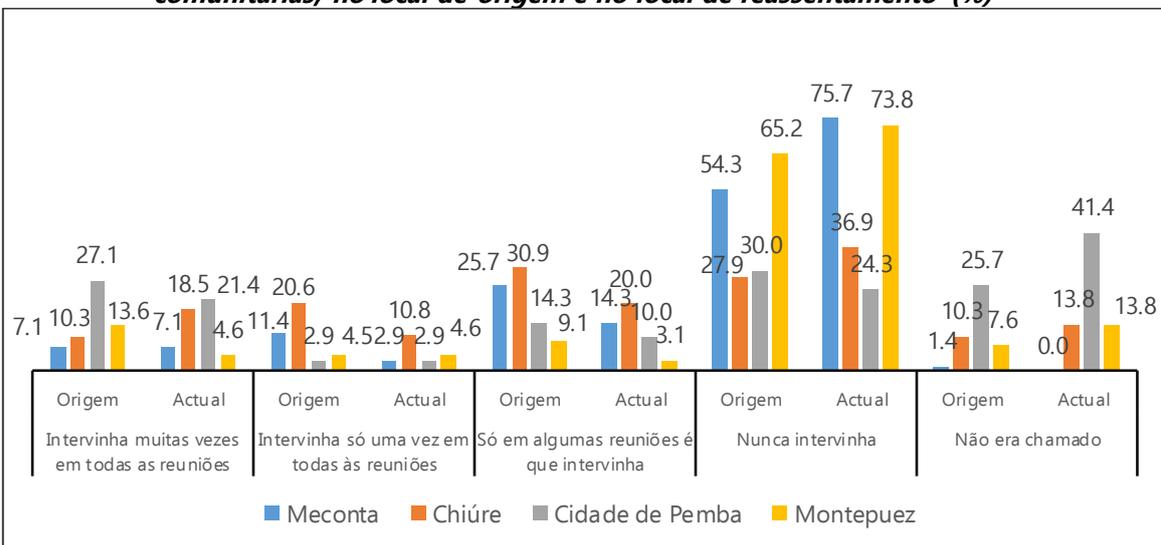
¹⁶ Uma viagem Palma-Nangadeque, em 2010, custava 250 meticais, em finais de 2021, ficava por 2.500 meticais. O valor era pago ao motorista que, posteriormente, era obrigado a dividir metade do valor com militares moçambicanos. Os relatos referem que as tropas ruandesas se insurgiram contra essas práticas, que procuraram diminuir.

Gráfico 15: Comparação da frequência de realização de reuniões comunitárias, no local de origem e no local de reassentamento (%)



Não obstante a frequência dos encontros, na maioria dos casos a participação é reduzida, registando-se uma tendência de diminuição com o processo de reassentamento. Se observarmos o gráfico 16, confirmamos que mais de 80% dos deslocados em Mapupulo (Montepuez) e Corrane (Meconta), mais de dois terços dos reassentados no bairro de Paquitequete (em Pemba) e mais de metade dos residentes em Marrupa (Chiúre) declararam que nunca intervêm nos encontros ou que nem sequer são convocados.

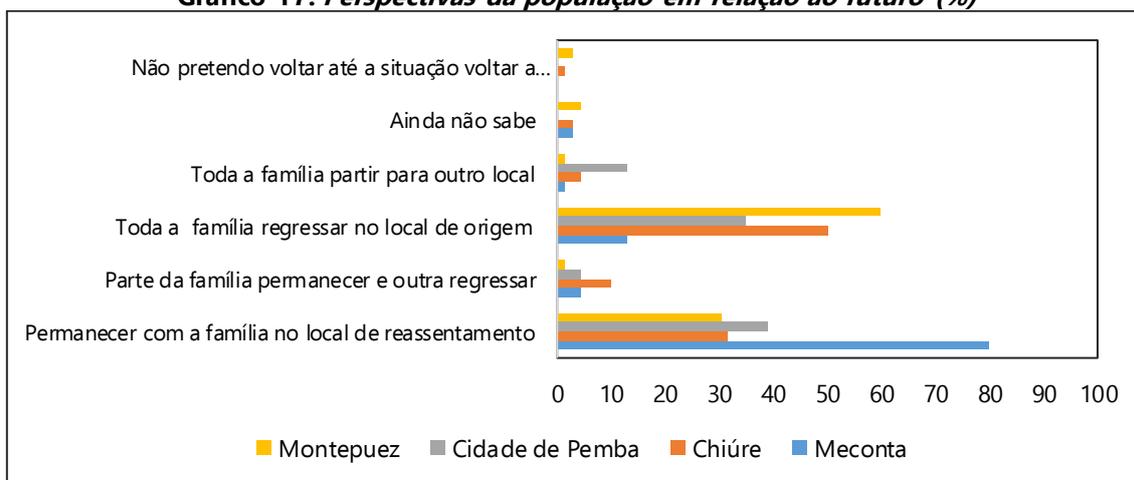
Gráfico 16: Comparação da frequência de apresentação da opinião durante reuniões comunitárias, no local de origem e no local de reassentamento (%)



7. PERSPECTIVAS DE REGRESSO

Questionados acerca das perspectivas em relação ao futuro (até ao final do ano, qual é o plano da sua família?), as respostas dos inquiridos oscilam entre “toda a família regressar ao local de origem” – particularmente em Montepuez (60%) e Chiúre (50%) – e permanecer com a família no local de reassentamento, sobretudo em Meconta (80%), mas também na cidade de Pemba (39,1%). Os dados permitem constatar que aqueles que pretendem regressar distinguem-se dos restantes por deterem áreas maiores de terrenos nos locais de origem. Por outro lado, os que se deslocaram para áreas mais distantes (nomeadamente para a província de Nampula) apresentaram maior relutância em regressar ao longo do ano de 2021.

Gráfico 17: Perspectivas da população em relação ao futuro (%)



A partir de Junho de 2021, com a entrada em acção das forças armadas do Ruanda, assistiu-se a uma nova fase do conflito. A comunicação social deu conta da intensificação da vigilância marítima, assim como acções de perseguição sobre os rebeldes. As notícias vitoriosas da comunicação social – salientando a tomada de Mocímboa da Praia, captura de bases e de líderes insurgentes, incluindo de inúmero material bélico - geraram uma ideia de aumento da segurança, realimentando a expectativa de regresso de alguns deslocados. A ausência de terra para cultivo e de empregos nos centros de deslocados, assim como a interrupção da ajuda humanitária desincentivavam a permanência nos locais de reassentamento. Antevendo as primeiras chuvas e conscientes da necessidade de preparação dos campos de cultivo, no último trimestre de 2021 registaram-se esforços de muitos deslocados para processamento da documentação necessária para iniciarem movimentos de regresso (Cabo Ligado, 15.10.2021) – nomeadamente a partir de Pemba e Metuge (geralmente para distritos de Quissanga e Macomia) e Montepuez (sobretudo para Mueda e Muidumbe) –, ainda que sem permissão expressa das autoridades.

Os deslocados encontraram a maioria das suas casas destruídas, queimadas e/ou saqueadas. As populações envolveram-se na agricultura, em antecipação à estação das chuvas, enquanto outros voltaram à pesca, não havendo muitas outras alternativas de trabalho disponíveis. De acordo com uma estimativa do ACLED (Cabo Ligado, 15.10.2021), cerca de 30.000 pessoas regressaram às suas casas apenas na vila de Palma nas últimas semanas, vindas tanto da vizinha Quitunda como de Pemba.

Se em Palma a concentração de civis na zona de presença ruandesa permite um clima de segurança, a maior dispersão da população nos distritos de Nangade, Muidumbe e de Macomia aumentou os desafios de protecção de civis, tornando-se novamente vulneráveis a ataques de grupos armados, carentes de abastecimento logístico. Na realidade, ao longo do mês de Outubro e de Novembro verificaram-se ataques a Sul do rio Messalo, no distrito de Muidumbe, Nangade e Mueda, gerando-se novas deslocações populacionais. Em Novembro de 2021, nos centros de deslocados de Metuge, verificam-se movimentos populacionais contraditórios: populações que procuravam regressar aos locais de origem, cruzavam-se com outras que regressavam, algumas experimentando, pela primeira vez, a condição de deslocados. Esta situação dúbia aumentou a incerteza das populações.

Conscientes de constituírem alvos preferenciais da ira do grupo insurgente, muitos funcionários públicos permaneceram receosos, ponderando regressar apenas no início do ano lectivo (Cabo Ligado, 15.10.2021). Na realidade, as populações anteciparam-se às estruturas governamentais, mesmo carecendo de infra-estruturas de saúde e de educação, bancárias ou de apoio às actividades económicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início do conflito armado, uma província que apresentava elevados níveis de pobreza multidimensional e de acesso a serviços, experimentou um agravamento das condições de vida das populações. Não obstante todos os esforços ao nível de realização de furos de água ou de saneamento, a verdade é que foram insuficientes para as necessidades de centenas de milhares de deslocados, não deixando de se verificar milhares de casos de cólera e diarreias. No Sul da província verificou-se uma saturação dos serviços de saúde e de educação e as populações deslocações experimentaram retrocessos ao nível do acesso a energia. Reassentados na proximidade ou mesmo em zonas urbanas, o aumento da proximidade em relação a infra-estruturas e serviços de saúde e de educação não se traduziu numa melhoria do acesso a esses serviços, mas apenas na sua saturação. A guerra, as deslocações forçadas e as medidas de prevenção da COVID-19 tiveram um impacto negativo profundo sobre o acesso à educação, afectando centenas de milhares de jovens e comprometendo a integração socio-profissional de toda uma geração. A reprodução e agravamento de fenómenos de pobreza aumentará o potencial de adesão de jovens a grupos violentos e radicais.

Os locais mais seguros no Sul da província (e simultaneamente mais distantes das zonas de conflito) constituíram o ponto de refúgio das populações com maior leque de contactos e poder financeiro para patrocinar a deslocação familiar. Entre estes indivíduos, foi possível constatar a sobre-representação de funcionários públicos, pensionistas, pequenos empresários ou trabalhadores por conta de outrem, e familiares de indivíduos com maior capacidade económica e poupança acumulada. Inversamente, os socialmente mais vulneráveis tenderam a permanecer em centros de deslocados mais próximos das zonas inseguras (mais densificadas e com menor capacidade de acesso a recursos) ou, inclusivamente, nas próprias zonas de conflito, bastante condicionados no acesso a serviços públicos e, durante grande parte do ano, privados no acesso a ajuda humanitária.

Em virtude das maiores condições de segurança e da maior facilidade de obtenção de autorizações para deslocação, o Sul da província foi particularmente beneficiado pela ajuda internacional. Um grande esforço foi realizado pelas Organizações das Nações Unidas, em termos de acesso a água e saneamento, higiene e ajuda alimentar, substituindo-se ao Estado e garantindo a sobrevivência de centenas de milhares de deslocados.

Limitadas na assistência às populações deslocadas nas zonas militarmente mais inseguras, durante o primeiro semestre de 2020, a ajuda humanitária acabou por reproduzir as desigualdades sociais, proporcionando acesso a bens e serviços às famílias com mais recursos. A instalação de toda a indústria humanitária nas cidades do Sul da Província (em Pemba, mas também Montepuez), revitalizou sectores económicos afectados pela interrupção de projectos extractivos, como a hotelaria e restauração, arrendamento de vivendas e armazéns, transporte de mercadorias e *rent a car*, revitalizando o conteúdo local e empregando centenas de jovens locais.

O oportunismo que acompanhou o processo de distribuição de senhas alimentares não deixou de atenuar a vulnerabilidade de famílias não deslocadas, também elas afectadas pela interrupção de circuitos comerciais na província, pela destruição do ciclone Kenneth ou pelos efeitos das medidas de prevenção da COVID-19. Ainda que também tenha sido gerador de injustiças e de privações entre os mais necessitados, o oportunismo que se verificou no acesso a ajuda humanitária permitiu a geração de excedentes, proporcionando uma tímida recuperação económica.

A deslocação de centenas de milhares de indivíduos para o Sul da província aumentou a pressão sobre recursos naturais (terrenos agrícolas, estacas para construção, lenha e carvão, caça e garimpo) e, assim, aumentando as tensões com as populações locais. As dificuldades de acesso a terrenos agrícolas, a descapitalização, a ausência de meios de produção, a indefinição em relação ao futuro e a ruptura de redes de solidariedade informais (com famílias desmembradas e descapitalizadas) impediram a recuperação e geração de novas actividades económicas, persistindo a forte dependência em relação à ajuda humanitária. Os apoios incidiram, sobretudo, na vertente assistencialista (na provisão de alimentos e de serviços de primeira necessidade) e, não tanto, no fornecimento de insumos, crédito ou formação financeira, com vista ao suporte ao tecido produtivo. As acções foram sobretudo paliativas, visando a diminuição do sofrimento das populações e, não tanto, a promoção de políticas de desenvolvimento holísticas, coerentes e integradas.

A incoerência das políticas de intervenção foi particularmente visível no segundo semestre de 2021, aquando da intervenção de tropas internacionais e intensificação de acções de contra-terrorismo, não acompanhadas por medidas que facilitassem o acesso à terra por parte de populações, coincidindo com o período de maior dificuldade de fornecimento de ajuda alimentar, por parte do PMA. Sem acesso a terra e em privação alimentar, em situação de ociosidade e adivinhando o início das chuvas e escutando notícias de maior segurança militar, muitos deslocados anteciparam-se às estruturas governamentais e regressaram às zonas de origem, sem acesso a serviços públicos ou factores de produção.

O regresso precipitado de um grande número de civis para distritos de Muidumbe, Nangade, Macomia, Quissanga e Ancuabe representou, para a insurgência, a oportunidade de evitar o confronto com as forças internacionais mais eficazes (nomeadamente ruandeses, concentrados em Palma e Mocímboa da Praia), espalhando-se em pequenos grupos e atacando aldeias isoladas, acedendo a alimentos e raptando civis. O regresso antecipado de deslocados aos seus locais de

origem acabou por constituir um balão de oxigénio para a insurgência militar, reacendendo o conflito.

As evidências demonstram que, num cenário de grande vulnerabilidade social, a distribuição de ajuda humanitária, nomeadamente médica e alimentar, exerce um papel fulcral na estabilização do conflito. Situações de desigualdade, injustiça e privação alimentar nos distritos de Palma e Mocímboa de Mocímboa da Praia já haviam constituído uma motivação de aderência de muitos jovens locais ao grupo de insurgentes, não necessariamente por questões ideológicas, mas por encontrarem nessa opção maiores oportunidades de sobrevivência (Feijó, 2021).

Por outro lado, ao longo do ano de 2021, nem sempre esteve clara a intenção do Governo em relação às populações deslocadas. Os apelos emitidos a nível central para aguardarem por instruções das forças armadas para regressar contrastavam com a mobilização das populações pelos líderes locais para regresso das mesmas, ou com a inexistência de acções do governo local que proporcionassem o acesso a terra às populações deslocadas, garantindo os direitos das populações autóctones.

Toda esta divergência gerou confusão entre os actores no terreno, que nunca perceberam se estavam numa fase de ajuda humanitária ou se se caminhava para a estabilização, saltando-se etapas no processo, conducentes a soluções menos sustentáveis no futuro.

BIBLIOGRAFIA:

ADAM, Yussuf (1991) "Guerra, fome, seca e desenvolvimento: lições de Changara, Moçambique" in *Arquivo*, 10, pp. 185-207.

BLOM, Astrid (2002) "Ambiguous Political Space: Chiefs, Land and the Poor in Rural Mozambique" in Neil Webster and Lars Engberg-Pedersen (Ed) *In the name of the Poor: Contesting Political Space for Poverty Reduction*. New York: Zed Books.

BRAGA, Alexandre (1972) *Plano de Ordenamento Rural das Populações de Changara e Chioco, anos de 1971 e 1972*. Tete: Gabinete do Plano do Zambeze.

BRITO, Luís (2011) "Por uma sociologia sem fronteiras – exemplo de 'O Mineiro moçambicano'", aula pública de sociologia promovida pela Associação Moçambicana de Sociologia a 12 de Outubro de 2011

Cabo Ligado (15.10.2021) *Cabo Ligado Mensal: Setembro de 2021*, disponível em <https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/10/Portuguese-Cabo-Ligado-Monthly-September.pdf>, acesso a 03.12.2021

CAHEN, Michel (1987) *Mozambique – La Révolution implosée*. Paris: L'Harmattan.

CASAL, Adolfo Yañez (1988) "A crise da produção familiar e a aldeias comunais em Moçambique" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 8 e 9, Jan-Dez, pp. 157-191.

CASTELO, Cláudia (2021) "Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974)" in *Tempo*, 27(3), pp. 478-500.

CHRISTIE, Frances e HANLON, Joseph (2001) *Moçambique e as grandes cheias de 2000*. Maputo: Imprensa Universitária.

CIP (2022) *Faltam medicamentos e material médico-cirúrgico nas unidades sanitárias – situação preocupa utentes e profissionais de saúde*, disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2022/03/FALTAM-MEDICAMENTOS-E-MATERIAL-ME%CC%81DICO.pdf>, acesso a 10.03.2022.

COELHO, João Paulo (1993) *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*, tese de doutoramento. Universidade de Bradford - Departamento de estudos económicos e sociais. 307-322.

DIREITO, Bárbara (2014) "Terra e africanos no pensamento colonial português, c. 1920 – c. 1945" in *Análise Social*, 213 (49), pp. 768-793.

DW (26.10.2021) "PGR promete investigar atrocidades contra deslocados em Cabo Delgado" in DW, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/pgr-promete-investigar-atrocidades-contradeslocados-em-cabo-delgado/a-59629889>, acesso a 26.01.2022.

EGERO, Bertil. (1979). Colonisation and migration: a summary of border-crossing movements in Tanzania before 1967. Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies

FEIJÓ, João (2020) "À margem da economia do carvão – distrito de Marara e povoado de Nhassanga Sul" in João Feijó, Aleia Rachide Agy, Jerry Maquenzi e Momade Ibraimo (Org) *Pobreza e Desenvolvimento no Meio Rural*. Maputo: Escolar Editora, pp. 109-147.

FEIJÓ, João (2021) "The role of women in conflict in Cabo Delgado: Understanding Vicous Cycles of Violence" in *Observador Rural*, 114, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/OR-114-The-Role-of-Women-in-the-Conflict-in-Cabo-Delgado.pdf>, acesso a 29.04.2022.

FEIJÓ, João e AIUBA, Rabia (2019) "Novo ciclo na assistência alimentar e início da recuperação de actividades económicas – continuação da análise do impacto do ciclone Idai" in *Destaque Rural*, 59, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Destaque-Rural-59.pdf>

FEWS NET (2021) *Moçambique – Perspectiva de Segurança Alimentar*. Famine early warning systems network, disponível em https://fscluster.org/sites/default/files/documents/mozambique_food_security_outlook_02.2021_pt.pdf, consultado a 10.02.2022.

GONÇALVES, Euclides (2020) "Agricultural corridors as 'demonstration fields': infrastructure, fairs and associations along the Beira and Nacala corridors of Mozambique" in *Journal of Eastern African Studies*, 14(2), pp. 354-374.

INE (2017) *IV RGPH 2017 – Dados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação*. Instituto Nacional de Estatística, disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017>, acesso a 07.02.2022.

KIRSHNER, Joshua and POWER, Marcus (2015) "Mining and extractive urbanism: Postdevelopment in a Mozambican boomtown" in *Geoforum*, 61, pp. 67-78.

LESUTIS, Gediminas (2019) "Spaces of extraction and suffering: Neoliberal enclave and dispossession in Tete, Mozambique" in *Geoforum*, 102, pp. 116-125.

LYNCH, Kenneth (2005) *Rural-Urban Interaction in the Developing World*. New York: Routledge.

LUSA (08.09.2021) "Moçambique: HRW denuncia crimes sexuais em troca de ajuda humanitária" in **DW**, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-hrw-denuncia-crimes-sexuais-em-troca-de-ajuda-humanit%C3%A1ria/a-59127430>, acesso a 29.04.2022

MANDAMULE, Uacitissa (2020) "Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone Idai no distrito de Nhamatanda" in *Observador Rural*, 87, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-87-Terra-e-criises-climaticas-1.pdf>, consultado a 11.03.2022.

MANDAMULE, Uacitissa e BRUNA, Natacha (2017) "Investimentos, migrações forçadas e conflitos de terra – representações de populações reassentadas no corredor de Nacala" in João Feijó (Org) *Movimentos migratórios e relações rural-urbanas – estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Alcance Editores, 215-236.

MATIAS, Achegar (2020) *Impacto do conflito armado sobre o sector da educação: caso da zona Norte e Centro de Cabo Delgado (2015-2020)*. Projecto Aplicado apresentado ao Instituto Superior Monitor para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Trabalho e das Organizações. Maputo: Instituto Superior Monitor

MIGUEL, Ramos (04.08.2021) "Tropas de Moçambique e do Ruanda recuperam importante localidade de Awasse", in *Voa Português*, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/tropas-de-mo%C3%A7ambique-e-do-ruanda-recuperam-importante-localidade-de-awasse/5990230.html>, acesso a 10.03.2022.

MYERS, Gregory; ELISEU, Julieta and NHACHUNGUE, Erasmo (1994) "Security, Conflict, and Reintegration in Mozambique: Case Studies of Land Access in the Postwar Period" in *LTC Research Paper*, 119, pp. 1-168.

MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011) *El dorado Tete: os megaprojectos de mineração*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

NHAMIRRE, Borges; BANDE, Aldemiro; e CORTEZ, Edson (2021) *Gestão dos deslocados de guerra – governo falhou no apoio às vítimas do conflito*. Maputo: Centro de Integridade Pública, disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gesta%CC%83o-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-a-a%CC%80s-vi%CC%81timas-do-conflito.pdf>, acesso a 11.03.2022.

O.O (28.10.2021) "'Máfia' na distribuição de comida aos deslocados gera polémica em Montepuez" in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/9161-mafia-na-distribuicao-de-comida-aos-deslocados-gera-polemica-em-montepuez>, acesso a 26.01.2022.

OCHA (2021) "Metuge – IDP needs and intentions FGD report", disponível em https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/metgue_idp_needs_intentions_fgd_idp_report_final.pdf, acesso a 27.01.2022.

OIM (Nov. de 2021), Northern Mozambique Crisis — DTM Baseline Assessment Report Round 14 (November 2021), Organização Internacional para as Migrações. Disponível em: <https://displacement.iom.int/reports/northern-mozambique-crisis-dtm-baseline-assessment-report-round-14-november-2021>. Acesso a 22.12.2021.

OMR (11.11.2021) "Condições socioeconómicas dos deslocados internos" in *Como está cabo Delgado? Webinar 15*, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Webinar-15-Condi%C3%A7%C3%B5es-socio-econ%C3%B3micas-dos-deslocados-internos-Pt-e-Eng.pdf>, acesso a 04.01.2022.

OMR (24.11.2021) "A inclusão social da juventude" in *Como está Cabo Delgado? Webinar 16*, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Webinar-16-Inclus%C3%A3o-social-da-juventude-Youth-social-inclusion.pdf>, acesso a 10.02.2022.

QUEMBO, Carlos (2012) "O poder do poder: Operação produção (1983) e a produção dos 'improdutivos' urbanos no Moçambique pós-colonial" in *Cadernos de História de Moçambique*, 1, pp.65-81, disponível em <http://www.flcs.uem.mz/images/chist/CQuemboCdhM20121.pdf> [acedido a 21/10/2016](#).

RAIMUNDO, Inês (2008) "Mozambican refugees in Malawi: Did the Malawians gain the hell?" comunicação inserida no International Conference on Environment, Forced Migration & Social Vulnerability, decorrido em Bona, na Alemanha entre 9 e 11 de Outubro de 2008.

Sá, José (25.06.1995) "os campos da vergonha – centros de reeducação em Moçambique" in *Público Magazine*, pp. 18-28, disponível em <https://macua.blogs.com/files/magazine1995camposfrelimo1.pdf>, consultado a 11.03.2022.

SANTOS, Ana Margarida (2010) *History, memory and violence: changing patterns of group relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique*, Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy in Social Anthropology, University of Oxford

SHANKLAND, Alex and GONÇALVES, Euclides (2016) "Imagining agricultural development in south-south cooperation: The contestation and transformation of ProSAVANA" in *World Development*, 81, pp. 35-46.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2008) "'Escravos sem dono': a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista" in *Revista de Antropologia* 51 (1), pp. 177-214.

VINES, Alex (1991) *Renamo: Terrorism in Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press.

VIVET, Jeanne (2015) *Os deslocados de Guerra em Maputo – percursos migratórios, 'cidadinização' e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*. Maputo: Alcance Editores.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
126	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maior de 2022
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Márium Abbas	Abril de 2022
122	Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)	Yara Nova e Jonas Mbiza	Março de 2022
121	Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	Fevereiro de 2022
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Márium Abbas	Janeiro de 2022
119	A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização	Janete Cravino	Julho de 2021
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maior de 2021
113	Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos	Jerry Maquenzi	Maior de 2021
112	Os determinantes do desmatamento em moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016	Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro	Maior de 2021
111	Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em moçambique	João Mosca	Abril de 2021
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alternativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrário em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maior de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portuzel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA—From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2019
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maio de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	Polos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de Nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máriam Abbas	Maio de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portugal-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maio de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Maió de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Maió de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Momba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maió de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingeremann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry Exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Setembro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Maió de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

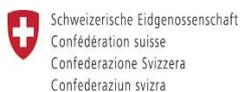


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org